



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

JOSELITO FERREIRA DA SILVA

O MAL RADICAL E O AGIR HUMANO, EM KANT.

CAMPINA GRANDE - PB

2015

JOSELITO FERREIRA DA SILVA

O MAL RADICAL E O AGIR HUMANO, EM KANT.

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para o grau de licenciatura em filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do prof^o Dr. Reginaldo Oliveira Silva.

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586m Silva, Joselito Ferreira da
O mal radical e o agir humano, em Kant [manuscrito] /
Joselito Ferreira da Silva. - 2015.
64 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva,
Departamento de Filosofia".

1. Kantismo 2. Razão 3. Mal 4. Moral 5. Fundamento
Subjetivo I. Título.


21. ed. CDD 142.3

JOSELITO FERREIRA DA SILVA

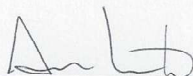
O mal radical e o agir humano, em Kant

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

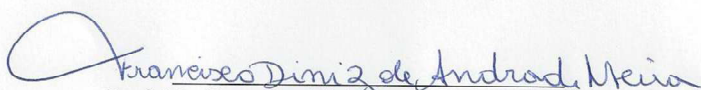
Aprovado em 09/12/2015.



Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva / UEPB
Orientador



Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho / UEPB
Examinador



Prof. Me. Francisco Diniz de Andrade Meira / UEPB
Examinador

Dedico este projeto monográfico a minha mãe que, direta e indiretamente, me proporcionou sua realização: **Maria do Carmo Lima.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a este que, por vezes, de minha parte, percebo, me dirige por caminhos que não pensava que queria, até que tenha chegado lá, e me dado conta que era exatamente o que desejava: DEUS. Depois a minha mãe pelo financiamento das despesas do curso. No mais, não poderia deixar de citar alguns nomes que, direta e indiretamente, me auxiliaram nessa jornada, que contribuíram com conselhos positivos e seguros quanto aos fins que aguardam a glória acadêmica, que me ajudaram na composição de trabalhos, textos, impressões e pesquisas na internet. São eles: Antonio Lira, Edineide Lira, José Elielson, Joyce Sampaio, Herivelton Vasconcelos, prof^o Nazito Pereira. Aos alunos do Estadual da liberdade que me incentivaram indiretamente no aprofundamento das pesquisas; ao corpo docente do Departamento de Filosofia e de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, em especial a prof^a Waltimar Lula e ao prof^o Diniz Meira, aos meus colegas de curso, em especial a Izabel Silva e a muitos outros que não caberiam os nomes aqui. Também ao meu orientador, professor Dr. Reginaldo Oliveira, que pacientemente apresentava o rumo do trabalho.

A todos meu muito obrigado!

“[...] o problema do bem e do mal permanece um caos indecifrável para aqueles que
investigam de boa-fé [...]”
(Voltaire, Dicionário filosófico)

“O que se faz por amor sempre se faz além do bem e do mal”
(Nietzsche, Além do bem e do mal)

Resumo

Pautados na afirmação de Kant de que as queixas sobre o mal são antigas, objetivamos neste trabalho monográfico refletir aspectos desse tema que divide opiniões e pensamentos. Por meio do estudo de *A religião nos limites da simples razão*, bem como dos seus comentadores, vê-se uma abordagem do mal, sua possível origem e onde se encontra, se o homem é ou não mau por natureza e se é possível um retorno ao bem, a partir da moralidade. Já no início da *Religião* Kant diz que o mal existe e não se pode negá-lo, pois os exemplos são gritantes no mundo, e que sobre ele há duas opiniões opostas já divulgadas há muito. A pessimista, que diz que o mundo começa pelo bem e cai no mal, ou seja, do paraíso à queda. E a otimista, que diz que o mundo segue em sentido contrário, do mal para o bem. Partindo desta última, Kant, para empreender sua investigação sobre o mal, apresenta a necessidade de levar em conta a natureza do homem em sua disposição, como inclinação tanto para o bem quanto para o mal. Seguindo o desenvolvimento aparece a exposição do mal como radical, produzido pela razão a partir de uma vontade livre do homem em sua autonomia, tendo por base a sua liberdade, o que é a moralidade. O que compatibiliza com as hipóteses por nós apresentadas de que o mal não é algo dado, fora do homem e que ele em sua manifestação não é mal, mas o é, apenas, em sua essência, existindo independente do bem não tendo por impulsor um objeto sensível. Em sequência surge a disposição para o bem, que é originária, como possibilidade de um retorno ao bem.

Palavras-chave: Razão. Fundamento subjetivo. Moral. Mal radical.

Abstract

Guided by the affirmation of Kant that the complaints over the evil are old, we aim in this monographic work reflect aspects of this theme that divides opinions and thoughts. Through the study of *Religion within the boundaries of mere reason*, as well as its commentators, an approach to the evil is seen, its possible origin and where it is found, if the man is or not evil by nature and if it's possible a return to the good, from morality. At the beginning of *Religion* Kant says that the evil exists and it cannot be denied, because its examples are whopping in the world, and that about it there are two opposing opinions already disclosed a long time. The pessimistic one, saying that the world begins in the well and falls in evil, that is, from paradise to fall. And the optimistic one, saying that the world goes in the opposite direction, from bad to good. Starting from this last one, Kant, to undertake his investigation about the evil, shows the necessity to take into account the nature of man at his disposal, as inclination both for good and for evil. Following the development, the exposure of the evil as radical appears, produced by reason from a free will of man in his autonomy, based on his freedom, which is morality. What compatibles with the hypotheses made by us that the evil is not something given, out of the man and that he in his manifestation is not bad, but he is, only, in his essence, existing independently of good not having as impeller a sensitive object. In sequence, arises the disposal for the good, that is original, as a possibility of a return to good.

Keywords: Reason. Subjetive foundation. Moral. Radical evil.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I – O mal radical em <i>A religião nos limites da simples razão</i>	13
1. 1. Os escritos de Kant e o tema do mal radical.....	13
1. 2. <i>A Religião nos limites da simples razão</i> e o problema do mal radical.....	20
Capítulo II – O mal radical como produto da liberdade	24
2.1. O mal moral e sua relação com a natureza	24
2. 2. A disposição originária para o bem.....	28
2. 3. O princípio mau e a propensão ao mal.....	30
2. 4. O mal radical e a liberdade.....	34
Capítulo III – O mal radical como consequência da moral	37
3. 1. Fundamentos da Moralidade.....	37
3. 2. Uma boa vontade.....	41
3. 3. Vontade e liberdade como autonomia do sujeito.....	43
3. 4. Intenção moral e propensão ao mal.....	45
3. 5. Mal moral e mal radical.....	49
3. 6. Mal radical e o retorno ao bem.....	51
Considerações Finais	58
Referências	63

Introdução

Diante das especulações sobre o mal e sua influência sobre o homem e seu agir, de que este é *mau naturalmente*, surge a pergunta sobre o que se pode considerar como sendo bom ou mau no homem, que precede toda ação e que é possível dizer se seu ato é bom ou mau. Conforme veremos no decurso deste trabalho, o valor da ação não está em sua manifestação, mas na *intenção* com a qual foi praticada. Pautado nessa ideia é possível crer-se que o mal revelado na intenção não seja algo dado, posto no homem com o seu nascimento, isto é, inato a ele. Tendemos a crer que o mal é originado a partir das condições psicológicas (ideais) e materiais (reais) que se fazem, dependendo do grau de interesse do ser humano, numa região do homem, ainda não conhecida, e vai se desenvolvendo e sendo conhecido à medida que aparece.

Isto nos motiva a analisar e chegar a alguns questionamentos quanto aos aspectos do mal, lançando um olhar mais profundo, refletindo sobre sua origem, onde se encontra e se é incondicional. Se é uma força inteligente (tem existência própria) extra-humana que se apossa do mesmo ou uma manifestação intra-humana. Nessas perspectivas, busca-se definir o mal em sua essência, determinando em que condições ele se origina. Assim, indagando aspectos mais gerais do questionamento sobre o mal, bem como sobre a distinção entre mau e bom, e se o mal existe independente do bem ou se ambos se completam, por conseguinte, se é possível dele escapar.

Sendo o mal uma constante na vida do ser humano, fica impossível não pensar sobre ele, sua origem e finalidade. Tudo o que acontece no mundo, de ruim, tem base nesse conceito chamado o mal, pois que tal se apresenta como algo intrínseco ao homem. E é com base nesse pressuposto que desenvolveremos nossa pesquisa, nos pautando pelo estudo da obra *A religião nos limites da simples razão*, de 1793, de Immanuel Kant.

Este projeto segue em três capítulos, enfocando o problema do mal, o mal radical, e sua relação com a moral e a liberdade, a partir da vida e obras de Kant. No primeiro, intitulado “O mal radical em *A Religião nos limites da simples razão*”, daremos ênfase à vida de Kant, seu nascimento, família, aspectos de sua vida íntima e social, desenvolvimento acadêmico, suas obras e sua filosofia, como esta influenciou na construção de uma concepção do mal radical. No segundo, de título “O mal radical como produto da liberdade”, abordaremos o mal radical e sua relação com a natureza humana,

onde Kant esclarece que existe uma disposição originária para o bem e uma propensão originária para o mal. Naturalmente que estes princípios coexistem lutando um contra o outro para obter o domínio do homem, e que, apesar disso, o homem não é, por natureza, bom ou mau, antes tem uma predisposição ao bem ou ao mal, e que esta predisposição não é o mal. O mal é produto de uma intenção livre da vontade autônoma da razão, por conseguinte todo o problema do mal se encontra na moralidade, ou seja, na liberdade.

No terceiro capítulo, sob o título de “O mal radical como consequência da moral”, apresentamos o mal radical em relação com a moral, onde se segue uma análise da ação por dever, desenrolando o problema se a razão é capaz de criar uma vontade livre de qualquer empiria, e é a partir daí onde se encontra a possibilidade do mal. Posteriormente, se desenrola uma concepção de uma obra futura para a moral, pois que, segundo Kant, esta só se realizará no futuro com a instituição do reino de Deus na terra como modelo de toda perfeição moral do homem. Consoante a isso, terminamos o capítulo com um possível retorno ao bem por um processo gradual de mudança do coração, por meio da fé religiosa pura que se representa pela moralidade que conduz a uma sociedade ética no cumprimento do ideal moral requerido pela razão, que por sua vez é suficiente e não precisa de um objeto concreto para realizar seus fins, entretanto, é preciso, porque o ser humano é sensível e carece de impulsos visíveis para se guiar, o que resulta por aparecer uma imagem do homem ético como modelo perfeito de moralidade universal, Cristo, desprovido de qualquer elemento empírico.

Objetivamos por meio da análise da obra *A religião nos limites da simples razão* e estudos pontuados de outras obras de Kant e seus comentadores, investigar a relação entre moral e mal radical para chegarmos a algumas possíveis conclusões sobre o mal. Seguimos, com Kant, descrevendo toda a problemática sobre o mal radical e a moral, começando pelos aspectos da natureza humana, dando sequência no desenvolvimento com a apresentação dos graus de propensão, no homem, os quais afetam-no em suas decisões até as conclusões de que existe um mal radical, que tem íntima relação com a moralidade e a autonomia da vontade, produzido na razão legisladora.

Uma das hipóteses levantadas é que o mal não é algo que existe independente do homem, como uma coisa que ele não pode resistir, mas como algo que se origina nele mesmo, seja em sua concepção do que ele considera como bom ou mau, seja em sua

intenção de querer satisfazer seus desejos sensuais. Sendo o mal radical, isto é, está no homem desde o seu fundamento, como pode este escapar as suas investidas, será por que não pode resistir, ou há uma forma do homem fazê-lo? Ou é o mal incondicional no homem e ele não pode dele escapar, e, se pode, como fazer isso? O que supomos que é possível que o faça por meio dele mesmo já que é ele quem o criou. Sendo o homem o criador do mal, mediante sua moral, é possível que o mal radical lhe seja transmitido por hereditariedade, o que incorre na ideia de um pecado original.

CAPÍTULO I

O mal radical em *A Religião nos limites da simples razão*.

No capítulo que se segue abordaremos aspectos da vida e filosofia de Kant, que revelarão como ele construiu os conceitos referentes ao mal radical e a este relacionados. Para isso, exporemos a trajetória de vida do filósofo, analisando seus escritos, dentre eles *A Religião nos limites da simples razão*, obra, onde está de modo trabalhado com mais profundidade o tema do mal radical.

1.1. Os escritos de Kant e o tema do mal radical

Kant nasceu no dia 22 de abril de 1724 e no dia 23 foi batizado com o nome de Emanuel. Foi o segundo filho (macho) e o sexto de nove crianças do casal Johann Georg Kant e Anna Regina Reuter. Johann era humilde seleiro, trabalhador do couro, ganhava pouco, Anna era filha de um trabalhador do mesmo ofício de Johann. Toda sua família é de origem germânica, segundo pesquisas recentes, contrariando Kant, que achava que era escocês, o que o fez até reivindicar direitos hereditários sobre alguns ilustres de seu tempo¹. Como a maioria dos pensadores do esclarecimento alemão, Kant era pobre, no entanto, sua cidade, Königsberg, situada ao leste da Prússia, ser a capital econômica do país.

Embora fosse luterano por formação, recusou-se a prestar serviços religiosos por não concordar com muitas das doutrinas luteranas. Depois que morreu, Kant foi sepultado num túmulo ao lado da catedral, que permanece até hoje como foi construído, sem reformas e cravejado de balas, do tempo da guerra. Königsberg, na época de Kant, se gabava de ter uma rica e variada cultura intelectual, com acesso ao resto do mundo pelo mar. Apesar de sua fama, não se esperava que dela fosse surgir “a maior revelação da filosofia moderna” (Wood, 2008, p. 20), nem, tampouco, que fosse Immanuel Kant, devido sua origem pobre.

¹ Francis Hutcheson, David Hume, Lord Kame e Adam Smith, são filósofos e pensadores contemporâneos Kant, os quais Kant alegou que seriam seus parentes longínquos.

A vida de Kant não teve aquilo que poderíamos chamar de extraordinária genialidade que volvesse todos a ela. Sua vida infantil e dos primeiros estudos se contam em poucas palavras, esse período Kant não o vê como a maioria dos grandes pensadores, que parecem terem sido iluminados desde sempre, mas o vê como um tempo em que lhe faltou liberdade moral e maturidade intelectual. Como diz Cassirer (1948, p. 26 - tradução nossa): “Kant, quando mais tarde volta o olhar sobre ela (sua infância), não a vê envolta numa luz de fantasia, nem numa opinião elevada, senão que vê nela, como juízo do intelecto, imediatamente, de falta de liberdade moral”. Kant não teve boas recordações de sua infância juvenil por causa de sua situação de pobreza. No entanto, suportou-a com doçura e naturalidade, pois teve de sua mãe apoio e grande influência, a quem votava verdadeira admiração e gratidão por ter-lhe ensinado suas primeiras noções de bondade e valores espirituais, até o dia em que teve que entregá-la ao seio da terra, no ano de 1737, sendo sepultada no dia seguinte, no dia 24 de dezembro, quando ele tinha 13 anos.

Kant, por toda a sua vida, buscou independência de pensamento e de vontade, foi o primeiro filósofo moderno a ter o seu sustento por meio da docência. Teve grande influência na educação, em sua infância, e valores que lhe foram decisivos em suas posições futuras, principalmente, por seus pais, que eram adeptos do Pietismo². Kant não aderiu a esse movimento, embora admirasse o estilo de vida de seus simpatizantes.

Graças à influência do pastor da família, Kant pôde ter acesso ao *Collegium Fredericianum*, na época, um dos melhores colégios da Alemanha, onde estudou de 1732 a 1740, onde aprendeu latim o suficiente para ingressar na universidade. Era um colégio de regime religioso severo, boa parte da instrução era dedicada ao ensino do catecismo e ao culto, mesmo assim, saiu como o segundo melhor aluno da turma. Para alguém de sua classe social, era quase impossível ingressar numa universidade. Mas ocorreu, e ele ingressou na universidade de Königsberg aos 16 anos de idade, e, para pagar os custos, deu aulas particulares e teve a ajuda de amigos e do jogo de bilhar, no qual ganhava um bom dinheiro.

² O Pietismo foi um movimento de caráter religioso que promovia a renovação de uma vida piedosa. Surgido na Alemanha no século XVII, só ganhou importância no século seguinte.

Kant começou seus estudos acadêmicos em 1740³, mas teve que sair depois que seu pai morreu, em 1746, para ganhar a vida, e o fez dando aulas particulares, pois era o que faziam os letrados sem recursos financeiros, na época. Ele deixou a universidade aos 20 anos, e por dez anos foi tutor particular. Quando esteve na casa do conde Keyserling entrou em contato com a vida social requintada e ampliou seus conhecimentos filosóficos e científicos. Por duas vezes foi noivo, mas em ambas alegou não ter recursos para sustentar uma família, e quando teve, experienciando o sabor da liberdade da vida de solteiro, não quis saber de esposa ou família.

Kant, apesar de não ter deixado os arredores de sua cidade natal, Königsberg, escrevia com maestria sobre todas as coisas do mundo, o que conseguiu através da leitura, da compreensão e de uma fértil imaginação para criar. Todos os escritos de Kant, até 30 anos de idade, foram no âmbito das ciências naturais, pois seu professor, um dos que acreditavam em seu potencial, era cientista. E por isso sua carreira como filósofo, de início, foi acanhada. Seu primeiro escrito foi “Pensamentos sobre a verdadeira avaliação das forças vivas”, de 1746, mas só publicado em 1749, onde tentava expor a solução para uma questão que dividia os geômetras da Europa.

Em 1755, Kant voltou à universidade, agora como mestre e doutor em filosofia, com a tese sobre o fogo, e passou a lecionar como livre docente, sem remuneração fixa, recebendo por aulas dadas. Por passar muito tempo dedicado ao estudo das ciências naturais, nesse mesmo ano, escreveu um ensaio, “História geral da natureza e teoria do céu”, tornando-se “o primeiro a propor a hipótese nebular da origem do sistema solar” (Wood, 2008, p. 23). Devido ao fracasso financeiro do seu editor, a obra não foi divulgada como deveria, só um tempo depois foi reelaborada com mais precisão, alcançando a fama devida. Ainda nesse mesmo ano, escreveu o tratado “Nova elucidação dos princípios primeiros do conhecimento metafísico”, no qual faz exame crítico sobre a metafísica e

³ Neste mesmo ano, Frederico, o Grande tornou-se rei da Prússia, trouxe do exílio Christian Wolff e o colocou como professor de lógica e metafísica, da universidade de Königsberg, que teve papel importante para a filosofia de Kant, sua principal doutrina era que “a vontade humana está sujeita à determinação causal sob o princípio da razão suficiente” (Wood, 2008, p. 21). Essa doutrina e muitas outras foram o motivo do exílio de Wolff, como também de disputas entre os wolffianos e pietistas nas universidades. Estas disputas contribuíram para que Kant desenvolvesse melhor sua filosofia, a partir dessas questões levantadas por eles.

teoria do conhecimento então vigentes⁴, e as primeiras proposições do seu pensamento sobre causalidade, mente-corpo e as provas da existência de Deus.

Entre 1757 e 1761, Kant não publicou nada importante, porque seu tempo era dedicado totalmente à atividade docente, chegando entre 16 e 20 horas semanais ou mais. Por muito tempo, ele foi deixado em segundo lugar como professor de lógica e metafísica, na universidade de Königsberg. Interessou-se tarde pela filosofia moral. Desde 1762, muitos foram atraídos para os escritos de Kant, quando este entrou num concurso que premiaria o melhor ensaio. Ele não levou o prêmio, mas seu ensaio, intitulado “Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral”, recebeu muitos elogios, e foi publicado em 1764.

A partir da leitura de escritos da época, sobre ética, que concordavam com o que Kant já aceitava sobre a igualdade natural entre os homens e sobre a liberdade, ele mudou a sua concepção da ética, de uma ciência que buscava um bem dado *a priori*, e que estudava o modo como as ações humanas eram dirigidas pelos sentimentos naturais, para pensar a ética como um modo livre de os agentes lidarem com suas próprias vidas, por meio de princípios da razão impostos por ela mesma.

Em 1766, Kant foi bibliotecário substituto na universidade, onde ganhou seu primeiro salário, mas deixou para assumir o cargo de professor em Erlangen e Jena, ainda relutando por deixar Königsberg. Em 1770, aos 46 anos, de volta à Königsberg, assumiu a tão esperada vaga efetiva de professor de lógica e metafísica, que ansiava desde 1756. Ao assumir a vaga tão aguardada, escreveu a dissertação inaugural, em latim, intitulada “Sobre as formas e os princípios do mundo sensível e inteligível” (Wood, 2008, p. 25), com a qual conseguiu andar em direção à filosofia crítica dos anos 1780 e 1790.

Como era costume na época, ele não expôs sua própria filosofia, ensinou com base em manuais, no entanto, com um toque pessoal, “ensinando não a filosofia, mas o filosofar: um pensar crítico e livre de preconceitos” (Höffe, 2005, p. 11). Era objetivo de

⁴ Filosofias de Christian Wolff, Francis Hutcheson, David Hume, filósofos que foram importantes para a consolidação da filosofia de Kant.

Kant, em suas aulas, estimular a própria reflexão; além disso, mostrava um calor humano e uma cordialidade sem par, para quem mostrava um caráter retraído. Lecionou a disciplina de antropologia por 25 anos, essas suas aulas foram as mais assistidas; apesar desses estudos, ele não elaborou um sistema de sua teoria antropológica. Em 1772, começou a escrever a *Crítica da razão pura*, que de início foi chamada de *Limites da sensibilidade e da razão*, que pretendia terminar em um ano, mas levou quase uma década para concluir. Como parte dessa conclusão, fez-se presente a filosofia humeana, que foi guia para a posição que tomou a respeito da *Crítica da razão pura*, a qual ele buscou consolidar por toda vida. Neste sentido, lê-se: “a *Crítica da razão pura* (mesmo sem título) reflete uma concepção histórica da tarefa de Kant” (Wood, 2008, p. 31), a qual ele vê “como um tribunal metafórico perante o qual as pretensões tradicionais da metafísica são trazidas para testar a sua validade” (Wood, 2008, p. 31).

Em 1780, Kant escreveu pequenos ensaios que posteriormente serviram como base para grande parte da filosofia da história do século XIX. Com a publicação da *Crítica da razão pura*, Kant esperava um grande reconhecimento, principalmente, por parte dos filósofos, mas só recebeu um silêncio, que o motivou a escrever um ensaio que apresentasse suas ideias de modo mais acessível, obra esta que se chamou *Prolegômenos a toda metafísica futura*, de 1783. Nesta, menciona a filosofia humeana, enfatizando que foi por meio dela que acordou de seu sono dogmático, e foi, talvez, a disputa entre esta filosofia e a wolffiana, que fez surgir, em Kant, a questão da possibilidade da metafísica.

No decorrer dos acontecimentos de sua vida, Kant soube representar bem o espírito do conhecimento da época, apesar das críticas feitas por seus acusadores, neste aspecto, lê-se: “o espírito crítico do Esclarecimento do século XVIII [...], que é um espírito de radical questionamento e autorreflexão, que exige de toda atividade humana que possa justificar-se ante o tribunal da razão” (Wood, 2008, p. 18), Kant tendo este espírito de radical questionamento o aplicou em cada área de sua vida. Devido a observações feitas pelo clero conservador sobre o que seria o esclarecimento, Kant se viu obrigado a responder, e escreveu o ensaio “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”, e o fez em 1784, pois o clero e outros críticos o incitavam com acusações contra o movimento chamado *Aufklärung* – Esclarecimento. Kant se “recusa a identificar *esclarecimento* com o mero aprendizado ou a aquisição de conhecimento” (Wood, 2008, p. 30), antes o tem como “ato

de abandono de uma condição de imaturidade abandonada na qual a inteligência da pessoa tem de ser guiada por um outro” (Wood, 2008, p. 30).

Porquanto, para ele, ser esclarecido é ter a capacidade de guiar sua própria vida, de pensar por si mesmo, como diz Wood (2008, p. 31), “ser esclarecido é, portanto, ter a coragem e a resolução de ser independente no seu próprio pensar, de pensar a si mesmo”. O que se contrapõe com o que demonstra o passado histórico da humanidade, na qual, os homens foram acostumados a obedecer a outros dirigentes, inclusive aqueles que são os mais degradantes, conforme diz Wood (2008, p. 31):

a maior parte das pessoas foi habituada a ter seus pensamentos dirigidos por outros (por governantes paternalistas, pela autoridade de velhos livros, acima de tudo pela mais degradante de todas as formas, sob o ponto de vista de Kant, a saber, pelos sacerdotes de religiões autoritárias, os quais usurpam o papel da consciência individual).

Em 1785, sob a pressão provocada pelas questões relacionadas ao progresso da história humana, que provocou muitos debates e posicionamentos, Kant escreveu a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, que o fez continuar a pensar nos próximos anos sobre o tema e como poderiam ser aplicados à moralidade e à política seus princípios éticos. No ano seguinte, sua filosofia começou a ganhar vulto devido às diversas discussões levantadas por publicações de alguns artigos numa revista. Isso gerou fortes posicionamentos quanto à adoção da filosofia crítica de Kant, bem como opositores críticos que geraram “obscuridades e tensões na filosofia kantiana” (Wood, 2008, p. 30). Em 1786 escreveu o ensaio “Conjecturas sobre o início da história humana”, de forma satírica, o qual projetou sobre as teorias conflitantes “sobre o papel da razão no desenvolvimento progressivo e histórico das faculdades humanas” (Wood, 2008, p. 30).

A filosofia de Kant, ganhando proeminência em toda a Alemanha, devido a artigos divulgados em um veículo de publicação da época, fez surgir críticos por causa da obscuridade gerada pelos seus escritos, o que o fez escrever uma segunda *Crítica*, na qual poderia apresentar sua posição de modo mais claro, já que tinha descoberto que essas críticas surgiram por má compreensão por parte dos leitores. Em 1787, diz Wood (2008, p. 33), surge “uma versão nova e melhorada da *Crítica da razão pura*”. Neste mesmo tempo os escritos sobre a discussão da razão prática, por ser muito extensos, Kant resolve publicá-los em separado já que a *Crítica da razão pura* era um escrito muito longo para ter algum anexo. Essa segunda *Crítica* surgiu de modo oportunista, quando ele tentava responder às

críticas feitas à *Fundamentação* e rever a *Crítica da razão pura*, esse novo escrito ficou conhecido como *Crítica da razão prática*. Pouco tempo depois, já trabalhava em uma terceira crítica, que versava sobre o tema do gosto e do juízo de gosto, que envolve a questão se o juízo de gosto é determinado pelo objeto ou pelo sujeito, pretendendo entender a moderna tradição sobre o tema, e que posteriormente chamou-se de *Crítica da faculdade do juízo*. No entanto, o maior motivo foi o “abismo imenso que Kant percebeu entre o uso teórico da razão no conhecimento do mundo natural e o seu uso prático na moralidade e na fé em Deus” (Wood, 2008, p. 34), permanecendo até hoje uma matéria controversa, pois não se sabe como ele faria para atravessar esse abismo.

Nos anos de 1790, ele se dedicou a temas relacionados à vida prática do homem, o que seria a filosofia crítica e a metafísica dos costumes, que era um sistema ético. Em 1791, Kant, em meio a toda a problemática do veto aos escritos sobre religião que não fossem da alçada da igreja, que já havia pensado em escrever um livro sobre religião, não se deixou abater, mas não desejava bater de frente com as autoridades religiosas e seculares, nem colocar em risco suas convicções sobre moralidade. Recuou por pouco tempo, até a morte de Frederico II, mesmo porque, na época e para ele, era forte a influência hobbesiana, no que se trata da importância do Estado e das instituições sociais para a segurança do homem. Kant acreditava que era errado desobedecer a uma ordem de uma autoridade instituída legalmente, a menos que fosse errado em si mesmo, isso em se tratando da moral. Cria que a religião era uma forma de adequar a vida moral do homem, mas não considerava os seus ritos como sagrados ou divinos, nem tampouco necessários para mudar a conduta moral de um indivíduo, por isso, em sua teoria não há lugar para uma salvação em Cristo, já que a própria razão é suficiente para mostrar o dever de todo homem para com a lei, sem a necessidade de um arquétipo humano, mas apenas ideal (racional).

Em 1792, escreveu o “Ensaio sobre o mal radical, que mais tarde passou a fazer parte do início do livro *A religião dentro dos limites da simples razão*” (Wood, 2008, p. 36), que teve a primeira edição em 1793, depois outra, em 1794. Em 1795, Kant escreveu *À paz perpétua*, período pós-guerra entre a França e a Prússia, que estavam às portas de um tratado de paz, onde ele aborda que a “constituição de todo Estado deveria ser republicana” (Wood, 2008, p. 38). E diz mais, que essa nação poderia ser um exemplo para o mundo se fosse “esclarecida, transformasse a si mesma em uma república” (Wood, 2008, p. 38), de

modo que pudesse traçar tratados que levassem à união federal de estados, fomentando, assim, aos ideais de Kant sobre os princípios universais de moralidade, tanto entre os homens, como entre as nações, indicando que as faculdades humanas estão em desenvolvimento progressivo.

Em 1796, Kant se aposenta da universidade e dedica seu tempo a três tarefas principais, entre elas completar seu sistema de ética, que mais tarde se chamou *Metafísica dos costumes*, publicado entre 1797 e 1798. Levou tempo, também, publicando suas preleções, inclusive sobre antropologia, que escreveu um único texto, *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, em 1798, e posteriormente sobre lógica, pedagogia e geografia física. Também, neste mesmo ano, escreveu o ensaio sobre religião, “O Conflito das faculdades”, no qual apresenta uma discussão sobre a liberdade acadêmica.

Os dez últimos anos da vida filosófica de Kant foram cercados de acirrados conflitos de ideias, onde ele teve que defender seu posicionamento contra muitos opositores, pois sua filosofia ganhara relevância em toda Alemanha, o que só contribuiu, mais ainda, para o que já era bem visível, a fragilidade de sua saúde. Ele morreu aos 12 dias de fevereiro de 1804, “um mês e meio antes de completar 80 anos” (Wood, 2008, p. 40).

1.2. A religião nos limites da simples razão e o problema do mal radical

O esforço que Kant fez em sua filosofia não só abarcou a fundamentação do saber científico e dos valores morais, como também envolveu mudanças na história da estética e da filosofia da história. Dedicou seus últimos esforços em definir a relação da razão com a religião, bem como a forma de pensar as relações de paz entre os Estados, isto é, o modo das sociedades se relacionarem entre si, pois era clara sua intenção de mostrar que ainda tinha uma atitude crítica em relação às questões filosóficas e a seus próprios pensamentos, pois era capaz de revisitá-los para melhorá-los.

O pensamento filosófico de Immanuel Kant, que divide os dois períodos mais importantes da história da filosofia moderna, foi criado “[...] para uma era do esclarecimento na qual os indivíduos estão começando a pensar por si mesmos [...]” (Wood, 2008, p. 31). Para aqueles que estavam chegando à maturidade, pois viviam sob o regime de subordinação religiosa e secular. Sua filosofia foi a última tentativa de

solucionar os grandes problemas que envolviam toda especulação filosófica dos séculos XVII e XVIII: entre eles, colocar base filosófica à nova maneira de encarar a ciência da natureza, fazendo separação entre esta e a metafísica, tendo ainda a visão tradicional desta, da moral e da religião; o modo de ver e pensar a relação entre ciência e metafísica, mostrou que as teorias científicas estão relacionadas às várias atividades humanas, pois toda teoria vem das investigações feitas pelo homem sobre a natureza, o que foi motivo de especulação para os filósofos dos séculos XIX e XX.

Boa parte da vida de Kant foi regida sob o reinado de Frederico, o Grande, que era tolerante e liberal em assuntos religiosos, mas com a sua morte, sobe ao trono seu sobrinho, Frederico Wilhelm II, que era diferente do seu antecessor, e considerava a religião algo de muita importância, e estava chocado com o crescente desrespeito com que as obras não ortodoxas tratavam a religião. Dois anos depois de sua posse, tomou algumas providências, a começar por trocar o ministro da educação, pois esta era a porta mais perigosa de entrada de doutrinas não ortodoxas nas escolas e universidades. E, logo que pôde, o ministro vetou e colocou sob censura todos os escritos e posicionamentos de pensadores e professores, inclusive pastores, que não estavam conforme a ortodoxia do reino e da igreja, pois

o rei e seu novo ministro, acreditavam que a estabilidade do Estado dependia diretamente das crenças religiosas corretas entre os sujeitos e que, portanto, aqueles que questionavam a ortodoxia cristã estavam ameaçando diretamente os fundamentos da paz civil (Wood, 2008, p. 35).

Kant acreditava que existia um princípio supremo regente, pelo qual tudo o mais se fez, este agente supremo é Deus. Mesmo crendo nesse ser como soberano de toda a criação, ele parece crer que tudo o que acontece com o homem é fruto de processos naturais, ou seja, da natureza, e não de forças sobrenaturais, divinas, que em matéria de religião, cada homem tem o direito e o dever de pensar por si próprio. Por isso entrou em conflito com as autoridades políticas, por causa das suas posições sobre a religião, pois, também, havia atacado as provas objetivas da existência de Deus e negado que o conhecimento pudesse levar à fé. O conflito com as autoridades prussianas e sua submissão a elas teve um final feliz. Com a morte de Frederico II, Kant se viu desobrigado de obedecer, pois considerava que seu acordo foi pessoal com o rei e não com o Estado.

É nesse contexto que surge '*A religião nos limites da simples razão*', a qual, em seu conteúdo, traz o papel da razão na distinção do conhecimento racional e da fé, isto é, a razão delimita até onde vai cada um. E não nega a capacidade da razão de investigar os termos da fé, apesar de que é preciso dispensar a razão para que a fé apareça.

O livro apresenta a discussão sobre a natureza do homem sob um aspecto mais religioso, no entanto, Kant, também, vai tratar sobre a moralidade, e a partir daí ele propõe uma religião como representação do conhecimento do homem sobre todos os seus deveres como mandamentos divinos, onde os dogmas têm origem na moral, a palavra de Deus é interpretada como personificação do bem moral e a fé eclesial é posta como símbolo da verdadeira fé, a da pura razão. Nesse contexto, Kant nega que a igreja, enquanto instituição, tenha algum valor, pois que a igreja deve ser invisível, uma comunidade de homens de boa vontade, onde quer que existam e tenham potencial racional.

Assim, *A Religião nos limites da simples razão* foi escrita com a intenção de mostrar que a religião nada mais fazia do que já se propunham os princípios morais da razão. A religião era a realização dessa conduta de uma comunidade ética, a igreja, porque "A religião é a tentativa de proporcionar uma interpretação, em termos de moralidade racional, das partes centrais da mensagem cristã – o pecado original, a salvação através da fé em Cristo, a vocação da igreja" (Wood, 2008, p. 37). E é com esse pressuposto, com base numa religião da razão prática, ou seja, racional, que ele vai procurar a resposta para a problemática do mal, analisando o campo religioso (Deus, pecado original) e filosófico (reflexão metafísica destes temas), inclusive a natureza humana.

Apesar de a religião ser tema do livro de Kant, o conceito-guia da sua reflexão é o mal radical, o qual ele começa a tratar no seu ensaio "Sobre o mal radical na natureza humana", publicado em 1792, mas é em *A religião nos limites da simples razão*, de 1793, que ele aprofunda seu estudo sobre o tema. Análise que explica a questão do mal e o possível progresso da humanidade para o melhor. O livro é dividido em quatro partes, além dos prólogos da primeira e segunda edição, onde o autor solicita aos teólogos que deem ouvidos ao filósofo para poderem criticar, concordar ou refutar. O texto surge numa época em que tratar de temas religiosos podia custar sua reputação, com a prisão ou até mesmo a morte. Todo escrito sobre o tema estava vetado àqueles que não fossem da elite religiosa cristã e não tivessem autoridade sobre o assunto.

Em meio ao desenvolvimento do mal radical, no livro *A religião nos limites da simples razão*, Kant mostra a relação que existe entre a religião e a natureza humana, já que o mal era tema religioso e o comportamento humano conduz à religião. Moral essa que parece indicar onde o mal radical tem sua fonte, o que seguidamente desenrola numa problemática sobre a vontade livre do homem, isto é, a liberdade, e a sua natureza. O que gerou suspeita sobre como tudo ocorria a partir desse ser, que é em parte determinado por uma liberdade, em parte por uma natureza. Decorrendo disto uma abordagem sobre os limites possíveis da razão e da natureza humana frente à vontade livre.

Entre os temas de que se ocupa Kant, em sua filosofia, o mal radical é parte importante, e está ligado à moral, não obstante, na obra *A Religião*, já nos prólogos, o mal radical apareça dentro de uma perspectiva mais religiosa. Sendo a moral intrínseca à razão, não podendo esta ir além da liberdade humana, mas ao mesmo tempo determinando o homem por suas leis, surge a pergunta sobre como pode o homem ser livre e ao mesmo tempo determinado, e onde fica a vontade livre do sujeito; como, sendo o homem livre, se deixa levar por um mal que é radical e como este se relaciona com a moral. É no transcurso dos capítulos seguintes que se desenvolverá toda a problemática do mal radical, em saber onde ele se origina e como se dá, pois sendo ele radical, coloca-se a pergunta sobre como poderá o homem dele escapar.

CAPÍTULO II

O mal radical como produto da liberdade

A partir da exposição dos escritos de Kant no decurso de sua vida, vimos, em parte, como se desenvolveu o tema do mal e se deu toda a problemática da moral. E é o que veremos, como Kant, por meio dessa elaborada obra *A religião nos limites da simples razão*, apresenta, de modo analítico, o mal moral, sua radicalidade, onde se encontra, e se é possível resistir ao mal e como esse mal se relaciona com a natureza.

2.1. O mal moral e sua relação com a natureza

Na primeira parte de *A Religião nos limites da simples razão*, Kant menciona que as queixas de que o mundo é mal são antigas. A sua análise parte de duas opiniões opostas há muito divulgadas: uma, a tese pessimista, afirma que o mundo começa pelo bem, mas logo cai no mal, ou seja, ele transita do paraíso à queda. A outra, que seria a tese otimista, aceita entre filósofos e pedagogos atuais, defende que “o mundo progride em sentido contrário, do mal para o melhor, sem parar e que pelo menos se encontra uma disposição a respeito na natureza humana” (Kant, 2006, p. 18-19). Seguindo esta última, Kant diz que é preciso levar em conta a sua disposição. Pois, se é possível que o homem nasça são, é possível que em seu íntimo também o seja. O que conduz à ideia de uma fagulha de bem dentro do homem, de que há uma esperança para ele novamente ser conduzido ao melhor.

Partindo desta concepção, de que se deve levar em conta a disposição da natureza do homem para entender o mal radical, Kant diz que, primeiro, é preciso considerar a formação moral da humanidade, para a qual ele indica a necessidade de investigar a *natureza do homem*, entendida como “o fundamento subjetivo do uso de sua liberdade de uma maneira geral (sob leis morais objetivas) que precede todo o fato que se apresenta aos sentidos, onde quer que tal fundamento resida” (Kant, 2008, p. 27). Segundo, encontrar o fundamento do mal, fundamento este que é um ato de liberdade. A natureza parece controlar os fenômenos naturais, de onde se segue que o homem é parte, no entanto, existe uma área do homem que não depende da natureza para se fazer, esta é a liberdade. Por isso, Kant, primeiro, se propõe a investigar a natureza humana, e só depois a liberdade, o que fizemos o mesmo neste capítulo, pelo o fato da natureza está na base instintiva da existência humana e por parecer que controla boa parte de sua existência e comportamento,

até mesmo as suas decisões mais íntimas. Também pelo fato da propensão para o mal está ligada à natureza humana como princípio originário no homem, embora seja tratada como contingente para distinguir-se da disposição e para explicar a possibilidade do mal. Enquanto a liberdade é uma propriedade da vontade livre do homem.

Sobre a *natureza*, Kant diz que é regida por leis imutáveis, entre elas a da causalidade, que parece reger todos os fenômenos. Ela é entendida como o conjunto de leis que governam o universo, e para tanto o homem deve estar disposto dentro dessas leis, bem como toda a criação. Dá-nos a entender que na natureza tudo tem uma finalidade, com partes desse todo com finalidades específicas.

Em meio a esta natureza surge a *natureza humana*, que é, em parte, independente e livre, e em parte determinada, com funções delimitadas, dividida em duas dimensões, a sensível e a racional. É a partir de uma dessas dimensões do homem, a sensível, que podemos vê-lo inserido nessa finalidade natural das coisas, ou seja, o *instinto natural*. É este que vai determinar toda a vida humana, da qual não dependa o uso da liberdade, mas apenas instintiva, promovendo o homem não apenas como indivíduo, mas também como espécie. O homem que age mediante os impulsos sensíveis só pode ter um arbítrio. Mas, enquanto ser racional, podemos dizer que este age em função de sua liberdade, livre da sensibilidade, produzindo assim um fim que não o natural. O homem que agir mediante a razão terá um livre-arbítrio, entendido como o que pode ser determinado independente de impulsos sensíveis, ou seja, pela razão, unicamente.

Quanto ao caso de o homem ser mau, ele o é por natureza, o fato da ação se pautar pela sua liberdade, é-lhe dado a possibilidade de ser mau e, ao mesmo tempo, livre. Kant argumenta que o homem é mau por natureza, embora pela experiência se demonstre que é possível ao homem ter, em si, uma neutralidade quanto ao ser mau ou bom, podendo ser bom em alguns momentos e mau em outros, no que ele refuta dizendo que não é bom para a teoria dos costumes que exista essa possibilidade para não prejudicar a firmeza dos mandamentos morais, o que levantou oposição às teses correntes⁵.

⁵Tese indiferentista, sincretista, respectivamente, chamadas de latitudinárias, pois defendem que a intenção do homem é boa e má ao mesmo tempo, ou é indiferente, isto é, nem boa, nem má; e a rigorista que diz que o homem é mau ou bom, por natureza, como se refere Kant “[...] comumente, os que são afetos a este modo estrito de pensar apelidam-se [...] de rigoristas; e os seus antípodas podem, pois denominar-se latitudinários.

Quando se diz que o homem é bom ou mau naturalmente, não é que ele nasça mau ou bom, mas porque enquanto *ser natural*, tem como motivo de suas ações as inclinações naturais e, enquanto *ser moral*, a lei por móbil. O que fica claro que as ações humanas têm dois princípios fundantes como móveis, um físico e outro moral: ou as inclinações naturais – que é a felicidade; ou a lei moral – que é a finalidade última de todo o dever, como espécie humana. Nessa declaração de que o homem é mau por natureza está incluída toda a humanidade, e não um indivíduo particular, porque não é possível que um homem seja bom e outro mau, no pensamento de Kant, portanto nenhum homem escapa a ele, nem o melhor, do que se conclui que o mal tem caráter universal. Esse caráter universal do mal, que o homem possui, surge da possibilidade de escolha que o homem tem em não seguir a lei moral, isso desde seu fundamento. Apesar de reconhecer a importância e influência da lei, não a insere em sua máxima do agir, embora também não a renuncie. Por isso se diz que ele é mau naturalmente, e já que existe essa possibilidade de escolha é porque há uma outra opção, o que nos remete à questão da possibilidade de uma *disposição originária para o bem* e de uma *propensão para o mal*.

Sendo as máximas entendidas como “princípios práticos subjetivos [...] quando a condição é considerada pelo sujeito como verdadeira só para a sua vontade” (Kant, 2005a, p. 19) e como “o princípio subjetivo do querer” (Kant, 2005b, p. 31), aceitas por um primeiro fundamento que as adota, e, por conseguinte, que essa adoção é um ato livre do homem porque parte de uma vontade livre, Kant quer dizer que existe no homem a possibilidade de opção, e esta possibilidade é este primeiro princípio, entendido como a *disposição de ânimo* que move o homem moral na adoção de máximas para justificar seu ato livre. Este princípio não se encontra em algo natural, mas numa outra máxima, que por sua vez tem seu fundamento em outra, e assim até ao infinito, já que a máxima não pode ter um objeto sensível por fundamento. O que se lê:

O fundamento do mal não pode residir em nenhum objeto que determine o arbítrio mediante uma inclinação, em nenhum impulso natural, mas unicamente numa regra que o próprio arbítrio para si institui para o uso da sua liberdade, isto é, numa máxima. (Kant, 2008, p. 27)

Assim, a adoção de máximas, sejam elas boas ou más, está ligada diretamente à liberdade do homem, porque as máximas adotadas são diferentes para cada ação, mas o fundamento é o mesmo, pois diferentes são os motivos (motivo, aqui, entendido como o princípio impulsionador da intenção). À intenção caberia satisfazer a necessidade, o desejo; à razão caberia julgá-la, e só então adotá-la (pela lei moral) ou acatá-la (pelas inclinações naturais) como móbil da ação, que seria a máxima.

Quanto às máximas boas ou más elas se desenvolvem a partir da escolha livre do homem, dependendo da escolha dos móveis, que podem ter como base as inclinações naturais, ou a lei moral, resultando, assim, numa *ação boa ou má*. Boa, quando tanto a intenção quanto a ação estiverem de conformidade com os ditames da razão, ou seja, quer-se cumprir o que se determinou; e má, quando a intenção não estiver, isto é, não se quer cumprir o que se determinou, embora o faça. Entretanto, isso não nos possibilita distinguir o caráter de um homem por suas ações, pois que a intenção não pode ser demonstrada por elas. *Intenção* sendo o princípio subjetivo da adoção de máximas, estas entendidas a partir da escolha de um móbil qualquer, pelo homem, como justificativa de suas ações, para as quais servem como regras.

Conforme Kant (2005a, p. 59), “os únicos objetos de uma razão prática são, portanto, os do *bem* e do *mal*. O primeiro é um objeto necessário da faculdade de desejar; o segundo é um objeto necessário da aversão, mas ambos se regem segundo um princípio da razão”. Bom é o que excita imediatamente a sensação de prazer; mau o que excita imediatamente o sentimento de dor; estes são derivados da experiência, da sensação. Enquanto que o bem e o mal são atributos da razão, anteriores à ação, bom e mau são propriedades da sensação, causados pela experiência, e é com base nisso que, julgando-se necessário, algo que é considerado bom seria tido como mau, perante o juízo da razão, porque teria um fim como meio e não em si mesmo, pois tanto o bem quanto o mal são julgados sempre pela razão e não pela sensação, levando-se em conta sempre a finalidade, seja em si mesma ou não.

Logo, bem e mal têm abrangência mais geral, isto é, universal, do que o particular gerado por sensações individuais. É a experiência que diz o que é imediatamente bom ou mau, não uma lei prática *a priori*. Pois é impossível dizer *a priori* qual delas vem acompanhada do prazer ou da dor. Só depois de passar pelo crivo da empiria é que se

decidirá o que será imediatamente bom ou mau. Se algo está de acordo com a razão, se é útil, então esse algo é bom; se não estiver, se não é útil, então é mau. Porque bom e mau como úteis se referem apenas à relação da ação com a vontade desejada pela razão. Enquanto bem e mal são conceitos em si que não dependem de um outro para ser, por isso são racionais. Bom e mau são conceitos empíricos, são dependentes da sensação. No dizer de Kant:

O filósofo que colocar uma sensação de prazer como base do seu juízo prático designaria como bem o que não passa de um meio para chegar ao aprazível; e tendo por mau aquilo que só é causa de desagrado ou de sofrimento [...] o julgamento de relação entre os meios e os fins pertence certamente à razão. (Kant, 2005, p. 60)

Não podemos partir da experiência para conhecer as intenções que levaram à prática das ações consideradas boas ou más, assim não se pode universalizar uma experiência subjetiva, visto esta carregar as marcas de sua subjetividade. Por conseguinte, Kant conclui que um homem é mau não porque realize ações que são más, mas porque estas são de tal natureza que se pode intuir que suas máximas são más, ou seja, que mau é o que motivou a ação, o princípio subjetivo primeiro. Embora não se possa provar, pois que se podem observar atos contrários à lei de modo consciente, mas não se podem observar as máximas, princípio motivador das ações, isto é, não é possível dizer, pela experiência, que uma pessoa é má ou boa.

2. 2. A disposição originária para o bem

Em se tratando de como o homem deve ser em sua espécie, Kant se apercebe que esse possui algumas disposições naturais que o determinam. Entre elas a mais importante, a que desempenha um papel decisivo na construção do ser humano, pois vai dizer exatamente o que ele é e como chegará à moralidade por ela: *a disposição originária para o bem*, considerada inata, pertencente a todo homem. As disposições podem ser *originárias*, quando estas definem o que o ser é, sem elas o ser não seria, e *contingentes*, quando mesmo sem elas o ser se definiria como sendo, pois o seu caráter não depende delas para ser. Entende-se as disposições como partes e formas que um ser precisa ter para ser o que é. Quanto às disposições serem originárias é porque pertencem necessariamente ao ser, são possibilidades de ser. São contingentes quando for possível, mesmo sem elas, o ser continuar sendo o que é. Todas são originárias porque fomentam o bem e “pertencem necessariamente à possibilidade da natureza humana” (Kant, 2008, p. 34).

Assim, sobre a disposição natural para o bem na natureza humana, disposição esta entendida como algo próprio dessa natureza, que sem essa disposição não era possível haver uma natureza humana, diz que está no fundamento de toda ação humana, redundando em três aspectos da relação disposição e natureza humana como elementos de seu destino. São elas: disposição do homem à *animalidade* (enquanto ser vivo), disposição do homem à *humanidade* (enquanto ser vivo e também racional), e disposição do homem à *personalidade* (enquanto ser racional e apto à responsabilidade). A *disposição originária para o bem* na natureza humana é dividida em três disposições, a animal, a humana e a pessoal, constituindo o ser humano como um todo.

A disposição à *animalidade* é no homem como o amor de si físico e mecânico, um amor de si que não exige razão para ser, apenas é. Essa disposição é tripla: primeiro porque se refere à conservação de si mesmo; segundo, à propagação da espécie, pelo instinto sexual, e a conservação daquilo que a união dos sexos procria; terceiro, a associação com outros homens (instinto de sociedade). A essa disposição pode ser atribuída toda espécie de vícios, porém sem provir dela espontaneamente os quais são chamados de vícios da rusticidade da natureza, e quando se afastam da finalidade natural, são chamados de vícios animalescos da intemperança, da lascividade e da anarquia desenfreada.

Em relação à disposição à *humanidade*, ela é tida como o amor de si físico, mas comparativo, o que leva um pouco da razão, do racional. Ao se comparar com outros, desse amor de si, surge “a inclinação de conferir-se um certo valor na opinião de outrem” (Kant, 2006, p. 24-25). De início, busca-se a igualdade, mas o que se pretende mesmo é a superioridade sobre os outros, gerando a partir dessa pretensão os maiores vícios de hostilidade secretos. Esses vícios são chamados de vícios de cultura, em grau menor, mas em grau maior, de vícios diabólicos. O ser humano é naturalmente presunçoso e insociável, busca unir-se aos outros apenas por fins de interesses competitivos, porque a todo o tempo quer ser superior aos seus pares, mesmo a razão moral dizendo

que os outros seres humanos são seus iguais em dignidade como fins em si mesmos e os comanda a viverem pelas leis de um reino dos fins, leis essas que os levam a procurar unidade entre os fins humanos no lugar de egoísmo e competição (Wood, 2008, p. 217).

A terceira disposição é a disposição para à *personalidade*, que serve de móbil enquanto é susceptível de reverência à lei moral, que é dada pelo arbítrio e aceita como

máxima de sua ação livre. É esta disposição, presente na natureza humana, que efetiva o agir moral. A razão precisa de uma disposição que fosse originária no homem para efetivar sua intenção, pois só assim terá suporte suficiente para tal. Pois, além do argumento racional moral é preciso que haja outro que favoreça a efetivação do agir como um ato originário no homem, e esse outro argumento é a *disposição originária para o bem*.

Quanto a estas três disposições, diz Kant (2008, p. 34): “se considerarmos as três disposições mencionadas segundo as condições da sua possibilidade”, podemos dizer que a primeira não tem razão alguma por raiz, a segunda tem a razão prática por raiz, mas só enquanto serve a outros impulsionadores, e a terceira é a única que possui por raiz a razão como legisladora incondicional de seus móveis. Isto é, a razão não tem domínio sobre a disposição à animalidade, na disposição à humanidade controla em parte, mas só enquanto é usada para outros fins. Na terceira é que a razão tem domínio completo, pois é o único motivo ou móbil da ação, pois, diz Kant (2008, p. 34), “o fundamento subjetivo para admitirmos nas nossas máximas esta reverência como móbil parece ser um aditamento à personalidade e merecer, por isso, o nome de uma disposição em vista dela”.

Todas essas disposições, no homem (tomando o termo homem no conceito de humanidade), são boas e dispostas ao bem, porque pertencem a ele como força possível para seguir, e por isso são originárias da natureza humana. O homem pode até agir contrário às duas primeiras, mas de nenhum modo pode arrancá-las de si. Qualquer movimento feito para a conservação da espécie não é ruim, na verdade, é bom.

2. 3. O princípio mau e a propensão ao mal

Quando Kant diz que existe uma *disposição originária para o bem* e uma *propensão para o mal*, ele está dizendo que elas existem independentes uma da outra, porque os seus móveis iniciais são diferentes, os seus querereres são distintos. E, por isso, tanto uma quanto a outra têm o direito sobre o domínio do homem, isto é, têm o direito originário, pois estão no fundamento do agir do homem. Porque, assim como o princípio bom, o princípio mau “seria uma possibilidade originária da ação humana” (Rosenfield, 1988, p. 140).

Neste sentido é possível dizer que há, no homem, um *princípio bom* ao lado do *princípio mau*, em oposição um ao outro, lutando pelo seu domínio, pois que o homem não

só tem a capacidade de inclinar-se para um ou outro, como também tem o poder de fazê-los determinantes em seu agir. Portanto, o princípio bom e o princípio mau habitam o mesmo fundamento, que é essa disposição originária de adotar ou acolher os móveis como máximas tanto para o bem como para o mal. Quando Kant diz que o princípio bom habita ao lado do mau, ele quer dizer que na luta travada entre eles para o domínio do coração humano um não aniquila o outro, vivendo sempre em oposição. Como se refere ele no início da terceira parte da obra a *Religião*:

O combate que todo homem moralmente bem intencionado deve vencer nesta vida, sob a direção do princípio bom contra os ataques do princípio mau nenhuma vantagem maior lhe pode proporcionar, por muito que se esforce, do que a libertação do domínio deste último (Kant, 2008, p. 99).

Enquanto a *disposição para o bem* na natureza humana fortalece o fundamento subjetivo primeiro do homem, também a *propensão*, esta que é “o fundamento subjetivo da possibilidade de uma inclinação (desejo habitual, *concupiscentia*), na medida em que ela é contingente para a humanidade em geral” (Kant, 2008, p. 34), ou seja, enquanto a *disposição para o bem* promove uma inclinação para o bem, a *propensão*, podemos dizer inata no homem, enquanto indivíduo, possibilita ao sujeito que este se incline a algo que não é necessariamente desejo habitual para todos, o que gera conflito com a espécie por causa da liberdade de escolha. O que ocorre, também, com a *disposição*, pois a vontade não é forçada, ela acata livremente a influência da disposição. Porém não de modo tão intenso quanto a propensão, pelo fato da disposição está de acordo com a lei moral, isto é, com o dever ser. Tanto a *disposição* quanto a *propensão* fortalecem a ação humana, não coagem, claro que em lados opostos, uma ao bem e outra ao mal. *Propensão* é a predisposição que um sujeito tem com relação a um objeto desejável, que é suscitada pela *inclinação*, isto é, é algo que precede a disposição auxiliando-a na escolha dos seus móveis. Pela satisfação de saciar um desejo habitual, todo homem, ainda que não tenha experienciado o que deseja, logo que o faz sente-se atraído, pois faz parte de sua constituição física. Já a *inclinação* é o desejo habitual, conhecimento do objeto no espírito.

A *propensão*, por poder ser inata, difere da *disposição*, no entanto, ela não se representa dessa forma, em se tratando da inclinação para o mal propriamente dito. Mesmo a propensão sendo inata não deve ser considerada como tal, apenas como adquirida ou contraída: adquirida quando for boa e contraída quando for má. Enquanto a *propensão* é a ânsia de satisfazer aquilo que a incita a tais apetites e que não se conhece ainda, a

inclinação é o conhecimento do objeto desejável, apetecível. Portanto, o sujeito já sabe para onde se inclinar para satisfazer o seu apetite por meio da sua propensão.

Quanto ao conceito de inclinação, é preciso saber que “toda propensão ou é física ou moral” (Kant, 2008, p. 36): *física*, quando o homem, como ser natural, busca, por suas regras, satisfazer as inclinações naturais; *moral*, quando o homem, enquanto ser moral, busca, por suas regras, cumprir a lei moral em suas máximas. Quanto a satisfazer as propensões naturais físicas do homem, não há nisso inclinação para o mal moral, isto é, não é mal satisfazer o desejo apetecível; pois usar uma inclinação física como fundamento para o mal, não é livre ou ato de liberdade, é uma imposição natural não imputada, o que seria contraditório.

O que podemos concluir com Kant é que a *disposição* é para o bem e a *propensão* é para o mal. A *disposição* está ligada ao fundamento subjetivo de determinação do arbítrio, por meio das máximas adotadas que servem a todo e qualquer ato. Enquanto a *propensão* se insere no âmbito da necessidade empírica do homem e se divide em três diferentes graus: primeiro, a fraqueza natural da natureza humana, *fragilidade*, ligada às limitações físicas, pois o homem, por causa da sua *debilidade* de coração, não consegue observar máximas adotadas em geral, mesmo reconhecendo a importância da lei moral. A lei é tomada não como móbil suficiente, mas apenas como meio para se alcançar algo como a felicidade, a lei se torna um meio e não um fim em si mesmo.

Segundo, a *impureza* dos motivos morais, quando são utilizados (motivos ou móveis que não a lei moral) para alcançar pretensões naturais não morais, o que seria a *impureza*, pois é impuro o motivo, porque não levou em conta a lei moral como impulsor da ação. Novamente, por causa da sensibilidade humana, a lei moral é aceita juntamente com móveis externos, o que gera essa impureza de motivos, isto é, do coração humano. Como diz Kant (2008, pp. 35-36):

A máxima é decerto boa segundo o objeto (o seguimento intentado da lei) e, porventura, também assaz forte para a execução, mas não puramente moral, i.e., não acolheu em si, como deveria ser, a mera lei como móbil suficiente.

Terceiro, é a *maldade*, que é a perversão da lei ou da intenção, mesmo quando se quer transgredi-la, ofendê-la. É a inclinação para receber máximas más, o que seria a *malignidade* do coração do homem. Apesar de o homem possuir caráter maligno, este

caráter não confere malignidade ao motivo da ação, pois seria um ato diabólico, mas é a intenção livre que acata esse motivo mau, isto é, um móbil sensível, que é má. É como se o homem estivesse optando pelo mal ao subordinar a Lei moral aos móveis da inclinação, gerando no homem certa malignidade, ao inverter o impulsor da ação, pois um móbil moral não pode existir ao lado de um do amor de si, isto é, da inclinação sensível. O correto seria o homem agir pela lei moral não conforme a ela. Como afirma Kant (2008, p. 36),

Pode igualmente chamar-se a perversidade (*perversitas*) do coração humano, porque inverte a ordem moral a respeito dos móveis de um livre arbítrio e, embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo a lei (legais), o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante à intenção moral), e o homem é, por isso, designado como mau.

O que podemos concluir é que destas propensões (ou inclinações) nenhum homem escapa, até o melhor dos melhores, pois são universais, próprias da natureza humana, e que uma leva a outra, ou seja, a última é consequência da primeira, da fragilidade humana. E assim teremos como fundamento da ação um princípio mau, pois houve uma inversão da intenção, isto é, no modo de pensar a intenção, seguindo-se daí só ações más, corrompidas desde o seu fundamento. O que torna o homem mau, estando essa última propensão mais perto do que Kant chama de mal radical, por essa corromper a intenção, isto é, sua raiz.

Distintas a *disposição* e a *propensão*, Kant segue falando que uma inclinação só pode estar ligada a uma faculdade moral do arbítrio, porque o que é imputado como mau é o próprio ato, e não uma inclinação, embora esta influencie no fundamento subjetivo que determina o arbítrio, isto é, preceda todo ato praticado. A expressão “um ato” serve tanto para o ato da escolha livre, como para a realização das ações levadas por esse ato de escolha, acolhido na máxima suprema, seja a favor ou contra a lei. Desse modo, a inclinação é tanto um ato como o fundamento do mesmo. Quanto ao ato como uso da liberdade, trata-se de um ato inteligível, conhecido unicamente pela razão, sem influências temporais, e este é mau, porque é conhecido. Quanto ao ato como fundamento, é sensível, conhecido pela experiência, pois leva à ação, e este é bom, pois é em função da sobrevivência instintiva, e para tal sempre boa, pois o homem não escolhe nunca o mal para si conscientemente. O ato de escolher sua máxima (contrária ou a favor da lei) redundando na ação efetivamente.

Quando o arbítrio acolhe em sua máxima a lei moral é o que podemos chamar de um *bom coração*; um *mau coração* é quando ele não acolhe a lei moral em sua máxima, ou

seja, não faz dela motivo de sua ação, de modo suficiente. Pois um homem não só tem as inclinações naturais, mas também o poder de escolher como máxima sua um desejo resultante destas, o que é contrário à pureza da lei, como diz Höffe (2005, p. 285):

[...] o homem segundo Kant não tem simplesmente inclinações naturais, que tomadas por si sejam moralmente indiferentes. Ele tem também a propensão fundante de tornar as inclinações naturais fundamento determinante último de seu agir. Com isso ele põe-se em contradição com a lei, embora tenha consciência da lei.

Essa oposição à lei moral é chamada de maldade, pois ultrapassa os limites da debilidade e fragilidade humana, que ele utiliza como desculpa para o mal, pois ele não é determinado por essas inclinações, ele é propenso a adotá-las como máximas más, já que naturalmente elas são contrárias à lei, quando é corrompido o fundamento supremo de adoção de máximas, que é o arbítrio. Essa maldade não “faz do mal enquanto mal o motivo” (Höffe, 2005, p. 286) da ação, o que seria diabólico, pois que o mal seria o fundamento de toda ação, mas ela é inata, e, para superá-la, não basta uma mudança de costumes, mas uma revolução da intenção.

2. 4. O mal radical e a liberdade

Seguindo o pensamento de que o mal é radical e que está no fundamento que intenciona uma ação, e que só é possível conhecer esta intenção por um ato inteligível, podemos dizer que, em conformidade com a lei moral, não há diferença entre um homem de bons costumes e um moralmente bom, porque ambos cumprem a lei, ou seja, suas ações são legalmente boas. O primeiro age não meramente baseado na lei, ele a tem como meio para obter compensação, enquanto o segundo tem a lei como única finalidade. Portanto, o homem que age de acordo com a lei, mas não tem como móbil a máxima que o leva a cumprir a lei, como boa, é considerado mau.

Sendo assim, o homem é originariamente disposto ao bem e propenso ao mal, quando sua propensão contraída (má) é aceita como máxima universal a ele inerente. Não porque seja mau por natureza, mas porque tem em sua natureza o desejo de satisfazer seus apetites, o que seria a *predisposição*, que é uma intenção que precede a escolha. Também o é porque é auxiliada pela *inclinação*, além do *instinto* (que é uma necessidade sentida de fazer ou saborear algo de que não se tem ainda conceito algum) e da paixão (que é uma inclinação que exclui o domínio sobre si mesmo). No entanto, o mal, ou o decidir-se pelo

mal, é um ato livre do arbítrio de escolher ou não a lei moral como motivo ou fim de suas ações.

É aí que Kant diz que o fundamento do mal reside numa regra que o próprio arbítrio criou para si, para o uso da sua liberdade, ou seja, numa máxima. Dizer que o homem é bom ou mau por natureza é dizer que existe um primeiro fundamento que determina a adoção de máximas boas ou más, de modo universal, enquanto homem. O próprio homem é o autor de seu caráter, enquanto espécie, e não a natureza. Como diz Kant (2006, p. 191),

ter convertido a verdade em máxima suprema para si, tanto na confissão interior perante si mesmo quanto no relacionamento com um outro qualquer; e porque tê-lo é o mínimo que se pode exigir de um homem racional, mas simultaneamente também o máximo valor interno (da dignidade humana) que é ser um homem de princípios (ter um caráter determinado) que tem de ser possível à razão humana mais comum e tem de ser superior em dignidade ao maior talento.

Isso quer dizer que o homem não apenas seguiu um rumo traçado pela natureza, mas que, com base nesse, pode se fazer moralmente, escolhendo livremente o que fazer ou seguir. É como se o homem tivesse necessariamente o desejo de praticar o mal, porque está no seu fundamento, não como natural, embora a propensão o seja, mas como adquirido, por isso lhe é imputado. Portanto, o homem é mau por uma inclinação moralmente má, e não por uma disposição natural, do contrário não se imputaria, seria obrigatoriamente mau.

O homem é mau em sua raiz, porque existe um princípio fundante que determina o seu agir, ou seja, existe um fundamento subjetivo que fortalece as suas inclinações naturais, que seria a intenção livre ao escolhê-las como móveis contrários à lei. No sentido de que a propensão natural que existe no homem potencializa sua ação, ou melhor, a move nessa direção. O bem e o mal (como possibilidade de ação, de seguimento) não coagem, necessariamente, o indivíduo, só o encaminha a partir da sua decisão livre, e é nesse sentido que são determinantes da ação.

Por conseguinte, o mal é natural no homem, no sentido de que se origina nele, mas não que o traz formado em si. É forjado nele a partir de uma propensão natural em adotar máximas contrárias à Lei, que não têm suas origens em si mesmas, mas são criadas pela liberdade de poder escolhê-las a partir dele mesmo, da própria razão. O mal não são as máximas escolhidas, mas o ato livre de escolhê-las como máximas más. Esse ato de escolher é chamado de *propensão*, que por sua vez é chamado de *inclinação natural para o*

mal. Logo, a *disposição para o bem* na natureza humana e a *propensão para o mal* são os *princípios bom e mau* que lutam pelo domínio do homem, são originários e estão no fundamento de todo agir do homem.

O mal é radical por estar na natureza humana como uma inclinação natural para o mal, acatada pelo arbítrio, e apresentada como moralmente má, devido à fragilidade da condição humana de aceitar, sempre, desta fragilidade, móveis que influem nas máximas de suas ações. Radical porque está no primeiro fundamento que move, previamente, toda ação, sendo, assim, considerado “um mal radical inato [...] na natureza humana” (Kant, 2008, p. 38). Por conseguinte, executável mediante um desejo ou intenção de agir contrário ao dever, entendendo *dever* como uma “necessidade objetiva de uma ação por obrigação” (Kant, 2005, p. 84). O mal é criação da liberdade do homem, não só a partir de suas ações objetivas, mas também, a partir do que as move, a intenção subjetiva, radicalizando, assim, esta que está no fundamento subjetivo do agir humano.

Diante disso, Kant conclui que o mal não pode estar na sensibilidade, porque diz muito pouco, pois retirando dele o que poderia servir como móbil de uma ação moral o homem seria um simples animal. Também não pode estar na racionalidade, por estar além de sua compreensão, pois que o mal radical só deve ser entendido a partir da concepção da autonomia moral do agente, uma vez que a racionalidade é a fonte de todo agir. Seja o agir dependente das inclinações, seja o agir moral, porquanto o princípio subjetivo primeiro da adoção de máximas, que reside na vontade autônoma do homem, é mobilizado pela razão, seja por uma vontade alheia, seja por uma vontade autônoma.

Neste contexto, Kant propõe que o mal só pode residir num ato da liberdade gerado pela razão legisladora, escapando, assim, à coerção das inclinações, algo que não tem sua determinação na empiria. Esse ato da liberdade, tanto é fundamento, por acolher no arbítrio a máxima suprema, como efetivação da ação em conformidade com aquela máxima. Com respeito ao mal, por ser gerado nesse ato, é radical e constitui-se uma problemática da moral. E para esclarecer melhor essa radicalidade do mal na moral, nos pautaremos, de forma pontuada, nas obras de Kant: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e *Crítica da Razão Prática*.

CAPÍTULO III

O mal radical como consequência da moral

Seguindo a pesquisa sobre a origem do mal, este vem se completar com a análise da relação entre moral e mal radical. Consoante a isso, não é possível deixar de entrar na questão daquilo que o homem possui de mais íntimo e importante, sua liberdade, seu livre-arbítrio, e como este subsiste em face do mal. Para Kant encontrar uma saída para esta questão procurou os seus fundamentos, isto é, em que está fundamentado o agir livre do homem. Acompanhando as investigações Kant sustenta a ideia de uma possível tarefa futura da moral por meio de uma comunidade ética, que possibilitará o retorno ao bem, talvez esta tenha sido a alternativa que Kant encontrou para dizer que o homem pode ser bom, já que se opõe a afirmação de que o homem é mau por natureza.

3.1. Fundamentos da Moralidade

Moralidade e liberdade estão implicadas necessariamente, porque a partir da consciência de uma lei moral prevalece a noção de liberdade, e também a relação delas com a vontade. Como já foi apresentado no capítulo anterior, existem duas fontes pelas quais o homem pode ser determinado, a razão e a vontade, o respeito à lei moral e o amor-próprio. Diante disso, segue-se a pergunta sobre a liberdade humana, como é possível ser livre e ao mesmo tempo determinado, existe uma liberdade na causalidade dos fenômenos, já que esta é que parece controlar a existência humana? Como Kant entende ser possível que ao mesmo tempo em que, o mal radical afeta e corrompe o fundamento de todas as máximas, o ser humano não perde a sua autonomia, ou seja, como ele ainda pode ser considerado livre. A questão central sobre o mal radical, em Kant, é que o mal não é gerado pelas ações, ele é anterior a elas, mas não como uma vontade maligna que as move, mas como um ato livre, que as precede e se faz nelas, não delas. Em sendo assim, como explicar que o mal surge de um ato de liberdade do homem?

Frente à questão do mal radical, Kant revisou seus conceitos sobre moralidade e liberdade, tendo em vista que o mal está intrinsecamente ligado à ação livre do homem, e não a uma determinação da vontade natural e sensível. Diz ele que a vontade humana é afetada pela natureza e é da alçada da moral versar sobre essa relação e dizer o que é liberdade e o que é determinação natural. E que para conhecer as coisas físicas da natureza

é preciso antes conhecer o que as põe, e isso é papel da metafísica da natureza; e para conhecer o agir humano é necessário uma metafísica dos costumes.

Kant pretende com a *Fundamentação* mostrar o que o homem deve ser, com base numa moral fundada na razão. Quando ele a escreveu já sabia que o homem possuía uma natureza que está constituída de duas partes, uma que pende para o bem (a disposição) e outra que se inclina para o mal (a propensão), isso para mostrar que o homem não deve agir simplesmente como um mandato predeterminado, mas como uma escolha, e por isso a *propensão ao mal*, para se opor e revelar a força moral do homem, que este deve se colocar ao lado do bem por um esforço seu, livre de qualquer condicionamento, seguindo em direção ao melhor.

Devido a sua concepção de que o homem é determinado por uma razão pura, o que o torna diferente de todo ser vivo, essa razão não pode, nem deve ser condicionada por nada, a não ser por ela mesma. A moral kantiana não pode ser determinada por princípios empíricos, já que estes não podem ser universalizados devido a sua carga sensível, e o princípio da moral deve ser livre de qualquer inclinação natural, portanto, pautado na razão.

Distanciar o fundamento da moral de tudo o que é empírico é o que Kant pretende, para que a moral tenha firmeza em sua base, e possa servir para todos os seres racionais como princípios universais. Kant passa a pensar uma moral pautada não naquilo que o homem é, mas no que deveria ser, por causa da noção de dever, que para ele implica poder. Kant afasta qualquer elemento empírico do possível fundamento da moral. Sendo assim, em que se pode basear uma moral universal? Kant vai procurar em algo que esteja além dos sentidos humanos, além da experiência, ele vai encontrar numa racionalidade, que, para ele, é a mesma em todos, como parte constituinte da natureza humana, portanto, mais objetiva.

Uma subjetividade que esteja em conformidade com a lei do mandamento moral da razão, como diz Kant (2005a, p. 32) “*age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal*”, ultrapassa seu limite chegando à pretensão universal da lei e toda a ação é restringida por ela, no entanto, isso não tira a liberdade do sujeito porque é um mandamento seu próprio, não é uma vontade alheia, mas algo que ele próprio se deu. Assim, a moral se desenvolve em conceitos puros

da razão. Uma moral fundada em princípios subjetivos não serve, porque não terá a força necessária para impelir o homem ao agir moral, que tem caráter universal. Nas palavras de Matzenbacher (2013, p.74).

Somente fundada na razão é que a moralidade poderá ter a pretensão de se tornar universal e objetiva para todos os seres racionais. Encontrar elementos que estivessem fora do homem para fundamentar sua moral, foi o que Kant encontrou para confirmar a universalidade da lei moral, ou seja, a obrigação moral. E esta tivesse força suficiente para impulsionar o homem moral a agir.

Sabendo que uma moral baseada na razão, ou seja, em conceitos racionais *a priori*, é o que precisa para abarcar o homem em sua totalidade, Kant segue em busca de uma explicação para fundamentar essa ideia, isto é, como pode haver uma moral universal baseada em princípios *a priori*? Kant segue dizendo que o primeiro termo para compreender o fundamento de uma moral universal é a *noção de dever*, entendido como princípio móbil em si mesmo, independente de algo compensatório, e a necessidade objetiva de uma ação por obrigação desprovida da inclinação, seguida da *noção de lei moral*, entendida como uma lei que seja universal, isto é, sirva a todos indistintamente como único motivo determinante da vontade pura. No dizer de Kant (2005b, p. 33),

mas que lei pode ser então essa, cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar boa absolutamente e sem restrição? Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das ações em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é, devo proceder de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.

Essa lei é formal e abstrai-se de toda matéria e de todo objeto do querer. É formal no sentido de que “só exige que a forma da máxima possa ser universalmente legisladora” (Kant, 2005a, p. 109), revelando o seu modo não o seu conteúdo, por isso o dever não deve ser um meio, mas um fim em si mesmo, deve se apresentar como uma obrigação, um mandado da razão legisladora. E esse mandamento obedecer-se-á não porque isso o satisfará, mas porque a vontade livre o elege como dever, mesmo que isso não o agrade, mas se isso acontece, até estará legalmente cumprindo a lei, no entanto, moralmente, estará agindo errado, porque vontade e querer tem que coincidir com a finalidade da ação, pois se queremos o fim também devemos querer o meio, não acontecendo isso, é porque o móbil não é moral, e sim empírico.

A moral kantiana é baseada na soberania da razão, pois para existir não é preciso orientações divinas e sobrenaturais, a razão é suficiente para se reger por si mesma. Devemos observar a lei sem nenhuma satisfação própria, do contrário não estaríamos obedecendo por dever, mas por uma satisfação. Assim, podemos dizer que só obedecemos a lei em si mesma quando, mesmo não nos satisfazendo, cumprimos o que nos é de dever, pois assim não estamos sendo determinados por nada empírico, mas apenas por uma vontade de cumprir a lei sem uma compensação, que não nos causa satisfação, e assim, isso só ocorre quando fazemos algo que não nos agrada. Então, podemos dizer que, a lei só é cumprida quando fazemos o que não nos é agradável, empiricamente, pois racionalmente em si é satisfatório o cumprimento do dever pelo dever.

E por isso é uma vontade ou determinação livre, porque não depende de nada que nos possa compensar depois como motivo do agir, pois estamos só cumprindo o dever, e o dever em si não é meritório, isto é, não visa outro fim se não ele mesmo. Só assim não estaremos sendo afetados por alguma causa sensível, empírica. Se queremos e não fazemos, e se fazemos e não queremos, não é autonomia da vontade. A vontade deve estar ligada à regra como condição desta. Mesmo que haja uma lei externa que oriente o sujeito a cumpri-la, ele deve querer cumpri-la, do contrário não há liberdade, nem autonomia do sujeito ou da vontade, pois este estaria cumprindo apenas o que lhe manda, uma regra externa sem fundamento nele mesmo.

A máxima subjetiva deve coincidir com a universalidade da lei, o sujeito agente deve antes ter se comprometido a cumpri-la mediante sua vontade autônoma. Só assim estará cumprindo algo que antes se deu a si mesmo. Pois o caráter de absoluta necessidade da lei exige isso, as máximas subjetivas devem estar de acordo com essa, e só assim serão universalizadas. As máximas ou regras que escolhemos devem coincidir com o que se quer com elas, o querer e o fazer devem andar juntos. Mesmo sendo as máximas princípios subjetivos, elas devem ser tomadas como se valessem objetivamente, isto é, como se fossem válidas para todos, que todos quisessem e pudessem agir por estas; e para isso não pode haver um interesse que seja unicamente nosso, mas para todos, assim estará obedecendo aos princípios da legislação universal, isto é, não podemos buscar nosso próprio interesse, no entanto, temos que buscar o interesse de todos. Um interesse que não é sensível, mas inteligível, objetivo. Enquanto agimos por uma necessidade subjetiva não

há interesse objetivo, quando agimos por uma necessidade objetiva não há interesse subjetivo, e há, mas esse interesse se une ao objetivo como um só.

Sabendo que a moral deve estar pautada no caráter universal das máximas regidas pela razão, é preciso evidenciar como se dá essa separação do sensível com o racional para o cumprimento do dever da lei. Visto o homem estar carregado dessas duas dimensões, e uma não aniquila a outra, em suas superações. Como é possível separar do homem, em suas decisões, a carga sensível, visto a decisão moral estar residida na moral racional, unicamente? O que, para Kant, parece que vai depender de uma vontade, e de uma boa vontade.

3. 2. Uma boa vontade

Passando pela noção de dever, como foi apresentado anteriormente, vamos nos deter no que Kant entende por uma *boa vontade* para fundamentar o agir moral, com bases em princípios racionais *a priori*. Mas antes vamos entender o que é uma vontade. *A vontade* é o veículo do arbítrio pelo qual se opera as ações mediante impulsos externos ou internos, não se sabendo se são bons ou maus, porquanto na ação não são reveladas as intenções dos mesmos. “[...] é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom” (Kant, 2005b, p. 47).

Sobre uma boa vontade, diz Kant (2005b, p. 21), “neste mundo ou fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só: uma boa vontade”. *A boa vontade* é estimada em si mesma de modo excelente e sem qualquer intenção ulterior. “E para desenvolver o conceito de uma boa vontade é preciso encarar o conceito do dever, que contém em si o conceito de boa vontade” (Kant, 2005b, p. 26), pois que a boa vontade se projeta em função do dever sob certas limitações e obstáculos subjetivos que a revelam com maior força ao invés de escondê-la.

Uma boa vontade é conduzida pela razão, que por sua vez se pauta em princípios racionais *a priori*, revelando que o homem só age livremente, isto é, moralmente, quando sua ação é unicamente racional e autônoma, como diz Kant (2005, p. 67), “a vontade é concebida como a faculdade de se determinar a si mesma a agir em conformidade com a

representação de certas leis” da razão, e essa vontade, para ser boa, deve não só seguir aquilo que ela mesma se deu, mas o que o dever ordena.

E é isso o que justifica uma *ação boa ou feliz*, o fato da vontade estar de acordo com o dever, e não simplesmente na direção do dever. O que torna a vontade indispensável na atribuição à dignidade da ação. A ação só se torna digna se a vontade for boa, pois é preciso levar em conta o porquê do papel da vontade, pois “o valor moral das ações depende em sua essência do fato de que a lei moral determine imediatamente a vontade” (Kant, 2005a, p. 72).

Todo querer é movido por um desejo, no entanto, esse desejo não é o determinante, determinante mesmo é a vontade que o aceita como máxima (princípio subjetivo do querer), isto é, a vontade não determina o que quer *a priori*, ela é afetada por estímulos externos (inclinações, apetites) ou internos (princípios morais) e só então diz o que quer fazer mediante a avaliação da razão, ou seja, determinada pela razão, porém não totalmente, do contrário a vontade executaria a ação conforme a razão. Quando a vontade busca a lei no objeto e não na máxima, o controle é de uma vontade alheia, do objeto e não do sujeito, o que seria uma vontade heterônoma.

Sendo assim, a vontade é movida por um objetivo, um motor que a faz mover-se nessa direção, e esse motor é o *fim*, entendido como princípio objetivo que a vontade se serve para sua determinação. Se há um fim pelo qual a vontade se determina, não pode ser autodeterminada, pois só o seria se ela mesma se desse esse fim, e é isso que acontece, a vontade, por meio da razão, se dá esse mesmo fim que busca, por isso é autodeterminada, por isso a autonomia da vontade, na verdade é sempre o sujeito autônomo que decide. A *vontade livre* é livre somente quando as leis da ação são dadas pelo próprio sujeito da ação, de forma totalmente autônoma. Ou seja, somente através do princípio da autonomia do sujeito é que é possível para o homem determinar a sua vontade unicamente através da razão.

Agir desta ou daquela maneira, é o mesmo que dizer que existe algo *a priori* que conduz à ação, e esse algo é a máxima moral criada pela autonomia da vontade. Seja ela movida por uma inclinação ou um móbil moral, sendo a vontade boa ou má, pois que, o que constitui o valor particular de uma vontade absolutamente boa é que o princípio da ação seja livre de qualquer influência empírica, confirmando que “[...] a própria lei deve

ser, em uma vontade moralmente boa, o motor [...]” (Kant, 2005a, p. 80). A *vontade boa* é boa em si mesma, o que podemos chamar de uma *má vontade* é aquela vontade que foi corrompida por acatar em sua máxima os desejos sensuais ou naturais, estes influenciam a vontade a querer utilizá-los como móveis de sua ação. Sendo a ação realizada por dever, deve a vontade, mesmo não sendo determinada pelo dever, se submeter à lei objetiva, pois que da ação nada resulta se não o próprio dever em si mesmo, sem compensação para o sujeito, o que exclui qualquer vestígio da vontade determinada pelas inclinações. A vontade é convidada a aceitar como máxima numa forma de respeito à determinação da lei, mesmo que isso custe a não satisfação do desejo de inclinação. Consequentemente, a vontade, por sua própria vontade, faz o que a lei manda, não porque ela manda, como sendo obrigada, mas por respeito, o que não tem nada de sensual, só racional. Racional no sentido de que a razão cria uma vontade independente da sensação, que é esse respeito, que não traz benefício algum ao homem, pelo menos não sensível.

3. 3. Vontade e liberdade como autonomia do sujeito

Uma vontade absolutamente boa é aquela que não pode ser má, ou seja, não pode se contradizer, deve estar conciliada numa máxima que valha como lei universal, onde todos queiram agir por ela, não podendo haver contradição, deve estar em conformidade com o *princípio de autonomia do sujeito*. A vontade é determinada pela razão, essa vontade deve querer cumprir não só porque a razão manda, mas porque é seu querer, seja este cumprido pela letra da lei (em conformidade ao dever) ou pelo espírito da lei (por dever). Assim, o sujeito não perde sua autonomia porque age como se ele próprio se desse as regras ou a lei. No que diz Kant (2005b, p. 85) que a

autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual ela (a autonomia da vontade) é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza do objeto do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

Segundo Kant, todo ser racional é dotado de liberdade e vontade, com exceção das crianças e dos doentes mentais. Todo ser é livre porque tem uma vontade pela qual age. A razão vai tratar da relação dela com a vontade, e não com os objetos, bem como a causalidade da vontade, para saber onde começa essa causa, ou seja, o que move essa vontade.

Em Kant, somos determinados moralmente pela razão, quando esta leva em conta as inclinações naturais, já não é uma decisão moral, é apenas sensível, pois o objeto impera, mas quando ela mesma cria seu próprio objeto e apresenta à vontade, é moral, pois não está subordinada a uma vontade alheia. O que o sujeito faz é escolher os móveis pelos quais a razão se determinará, e essa escolha é pautada na liberdade, ou seja, é a própria liberdade. A razão deve governar a vontade, e não só isso, deverá fomentar “uma *vontade boa* em si mesma que terá que ser o bem supremo e a condição de tudo o mais [...]” (Kant, 2005b, p. 25 - 26) e essa vontade deve ser maior do que aquela causada pelos apetites.

Só a razão pode criar uma *vontade boa* (uma vontade, para ser boa, deve não só seguir aquilo que o dever ordena, mas cumprir seus atos por dever), e essa vontade boa sempre resultará em dano à inclinação. Se a razão é que determina a vontade, essa tem que fazer independente da experiência, isto é, *a priori*, fazendo existir um querer que não seja movido por desejos empíricos. Proporcionando-nos assim, conhecimentos de uma ordem e conexão suprassensível, completando a tarefa da razão, de determinar que a ação humana seja praticada via moralidade. Através de suas representações, a razão é capaz de produzir regras que levam o homem em direção à sua felicidade e aquilo que é por ele desejável. “A *vontade boa* parece constituir a condição indispensável do próprio fato de sermos dignos da felicidade” (Kant, 2005b, p. 22), o que quer dizer que, mesmo que sejamos felizes, se não fizermos nada que a dignifique, não a temos totalmente.

É à razão que cabe a função de produzir princípios que conduzam a *vontade boa*, que é boa em si mesma, e com isso possibilite ao ser humano cumprir a lei moral. Kant diz que para isso “a razão era absolutamente necessária, uma vez que, em tudo mais, a natureza, na repartição de suas propriedades, procedeu de acordo com fins determinados” (Kant, 2005b, p. 56). A razão não coage o homem a agir moralmente, ela o guia na direção do mandamento moral, e esse o escolhe, sendo, assim, livre seu arbítrio.

O que importa para Kant, não é o desenrolar da ação na empiria, mas sim o princípio que leva o sujeito a agir. Se o princípio subjetivo (máxima) estiver em conformidade com o princípio objetivo (lei moral) a ação será considerada boa, independentemente das consequências desta. Quando o princípio de determinação da vontade não tem por base única e exclusivamente a lei moral, a ação derivada deste princípio é *uma ação má*. Quanto à ação má, Kant diz que não está reduzida ao

acontecimento em si, ao *fenômeno*, unicamente, mas que, por trás, existe uma dimensão invisível, a qual não é conhecida por ninguém, nesta está a *intenção*. E, neste sentido, o mal não deve ser imputado a partir da ação, e sim, a partir daquilo que a produziu, o que fica impossível à imputação de mau ou bom comportamento de um homem, visto não sabermos o que motivou a ação, isto é, qual foi a intenção no momento da ação, se boa ou má.

3. 4. Intenção moral e propensão ao mal

Quando a intenção, adotada pela vontade livre, não é cumprir a lei, ou mesmo cumprir apenas conforme ao dever, isto é, usando móveis que não são morais, ocorre a *intenção má*, nisso acontece uma reversão dos móveis adotados pela vontade livre, pois esta intenção que se adota no agir é que valorizará a ação, imputando-lhe um mal.

Por que, mesmo sendo consciente da lei moral e apto a determinar livremente o seu arbítrio mediante uma intenção da vontade autônoma pela razão, o homem acaba por não ser capaz de cumprir a lei moral? Kant vai apresentar uma possível resposta através da própria natureza humana e o que a constitui, como parte, a *propensão ao mal*.

A *propensão* é um fundamento subjetivo, como vimos no capítulo anterior, necessário no homem, enquanto indivíduo, por causa da sua liberdade, sua autonomia, porém, contingente para a humanidade. E, como fundamento subjetivo não pode ser detectado pela experiência, logo, só pode ser percebido pela razão, conhecido *a priori*. Caso esta propensão fosse necessária para a humanidade, enquanto espécie, não haveria a possibilidade de um retorno ao bem pela *disposição originária para o bem*, porque não haveria lugar para ela. Por isso a propensão é contingente, ou melhor, tratada como tal. A *propensão para o mal* é a saída pela qual Kant resolve o problema do mal no homem, de como o mal se vê em frente à liberdade do homem.

O homem está apto a agir moralmente e reconhecer a lei moral como móbil suficiente por sua própria vontade, que é auxiliada pela *disposição originária para o bem* que fortalece a orientação da razão em sua efetivação. No entanto, o homem sempre agiu ao contrário, nunca usou a lei como móbil, mesmo reconhecendo a sua força. Para explicar isso, Kant coloca em cena a *propensão* do homem para o mal, presente em sua natureza, como o fator que abre essa possibilidade.

Toda ação que o homem pratica leva sempre em conta a lei moral, seja como móbil suficiente ou não, pois ele não pode ser indiferente a ela porque a tem sempre na consciência, o que ele faz é agir contra ou a favor dela, o que seria agir pela letra da lei ou pelo espírito. Sempre agimos intencionados, seja como ofensa ou respeito à lei moral. Logo, as ações não criam o bem ou o mal, elas são o resultado do que as precede, se o que as antecede é o fundamento que as cria, e esse fundamento é a vontade, que sempre age livremente em suas escolhas, o mal ou o bem que está nesse fundamento, não como algo dado, mas como possibilidade, é o que guia a ação, e isso não como objetos, mas como intenções.

Embora Kant não coloque na sensibilidade nem na razão o fundamento do mal, como já apresentamos, podemos pensar que a razão é coautora, pois que acata a decisão da vontade livre influenciada pelos sentidos. O que contraria a proposta de uma razão legisladora em dar-se leis práticas, pois não é concebível que esta promulgue leis já com o intuito de desobedecê-las, pois seria maldade ou mesmo diabólico. As leis burladas é o resultado da escolha livre do arbítrio em não decidir-se pelos móveis convenientes à lei. Como diz Kant (2008, p. 41),

Pensar-se como um ser que age livremente e, no entanto, desligado da lei adequada a semelhante ser (a lei moral) equivaleria a pensar em uma causa que atua sem qualquer lei (pois a determinação segundo leis naturais fica excluída por causa da liberdade) o que se contradiz.

Agir, assim, porque manda a lei, mesmo que isso redunde em prejuízo, torna o homem moralmente bom, pois se observa a lei não por uma satisfação própria, mas emprestada dela mesma. O homem não pode ser moralmente bom e mau ao mesmo tempo, pois que contraria a intenção que é sempre a mesma, ou boa ou má. No que diz Kant (2008, p. 42),

A diferença de se o homem é bom ou mau deve residir não na diferença de móveis que ele acolhe na sua máxima (não na sua matéria), mas na subordinação (forma da máxima) de qual dos dois móveis ele transforma em condição do outro.

Se o homem decide escolher uma máxima que tem por motivo um outro móbil que não moral, pois é um direito seu desde sempre poder escolher, subordina a razão que acata a vontade autônoma do querer, e é aí que ela encontra seu limite, não podendo ir além da liberdade humana. No entanto, a liberdade humana só existe em consonância com a lei da

razão. A causa da liberdade é a lei, isto é, a liberdade se determina por ela, e a lei moral determina a vontade no juízo da razão.

Se à vontade resta só escolher entre ser determinada pela razão ou pelas inclinações, onde está sua liberdade? O homem é livre porque segue à Lei Moral, e essa liberdade em escolher parte de uma vontade livre, isto é, em si mesma, não de uma vontade determinada, ou seja, pelo objeto. Não somos livres porque temos vontade, mas temos vontade porque somos livres, isto é, a liberdade precede à vontade, a liberdade determina a vontade. O homem usa sua vontade pautada na sua liberdade, quando ele age livremente tem como causa de sua ação livre a lei da moralidade. É a liberdade que funda a vontade, vontade de poder ser livre e escolher livremente o que fazer. Somos livres porque nada nos condiciona, a não ser nossa própria liberdade. Kant diz que é a liberdade a condição primeira para uma possibilidade da realidade do mal, pois são gritantes os exemplos no mundo e no homem. Ele vai explicar o mal a partir da ação livre de cada ser humano, já que é a liberdade o fundamento primordial do ser humano, é nela onde começa toda vida e existência humana.

Para a moral kantiana, nenhuma experiência particular serve como máxima universal, porque só os conceitos racionais podem determinar universalmente, por conseguinte, a regra é apresentada à experiência, mas reconhecida racionalmente, é a razão que reconhece se um ato é bom ou mau, porque a experiência não pode oferecer nenhuma possibilidade de fundamento da ação moral, pois que esta não pode imputar ao homem bem ou mal, como a razão. O que confirma Rosenfield (1988, p. 20) ao dizer que,

A faculdade que o homem tem de se dar livremente regras, de justificá-las na perspectiva de uma universalidade formal, consiste [...] em um poder teórico e prático que não se identifica com um poder empírico, embora se faça através desse.

Logo, o mal é uma concepção da vontade, mas de uma vontade subvertida, porque é influenciada por móveis da inclinação, e não da vontade pura, que é o inteligível.

A obediência à lei moral não é externa, mas interna, parte da vontade autônoma do sujeito, que é o princípio da moralidade. Diz Kant (2005a, p. 82) que “a necessidade moral é compulsão, ou seja, obrigação, devendo toda a ação fundamentada por ela (compulsão/obrigação) apresentar-se como dever [...]”. Uma ação concernente ao dever só ocorre quando a intenção vem junto do querer, não só por obrigação, mas por respeito à lei,

e assim se tem uma intenção moral, pautada na vontade livre da autonomia. Se há “uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, como fundamento de uma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta” (Kant, 2005b, p. 15). E por isso “o princípio da obrigação não se há de buscar aqui na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo em que o homem está posto, mas sim *a priori*, exclusivamente nos conceitos da razão pura” (Kant, 2005b, p. 15 e 16).

Diz Kant que dever e obrigação são denominações exclusivas que devemos dar a nossa relação com a lei moral. Nesse sentido, lê-se:

A lei moral é, [...] para com a vontade de um ser todo perfeito, uma lei da santidade, mas para a vontade de todo ser racionalmente finito uma lei de dever, de compulsão moral e de determinação da ação desse ser por meio de respeito para com a lei e por veneração de seu dever (Kant, 2005a, p. 82).

Lei esta que na medida em que é descoberta pela razão humana e aplicada ao homem, não recebe deste, como acréscimo, conhecimento algum, pois essa é inteiramente produzida na parte pura da filosofia moral, que se assenta sobre leis *a priori* carentes de uma faculdade de julgar aperfeiçoada pela experiência para saber melhor aplicá-las e assegurar sua real eficácia na vida prática do ser humano. O homem até reconhece a ideia de uma razão pura, e tem a força necessária para efetivá-la em sua vida com a ajuda da *disposição originária ao bem*, que serve de estímulo ao arbítrio para agir, assim como a *propensão* faz com a inclinação. Sendo o arbítrio livre, o mal só pode estar nele.

3. 5. Mal moral e mal radical

A questão basilar abordada por Kant é a de que há no homem, sim, um mal radical, que advém da própria liberdade humana, ao escolher não obedecer à lei, e isso é o mal universal, a não obediência da lei pela vontade livre. O arbítrio não é determinado forçosamente por nada, a não ser quando aceita livremente algo como máxima, seja racional ou empírica. O que nos faz pensar da razão e do mal como fundamentos de determinação.

O mal moral não é derivado do mal radical ele é o próprio mal radical porque está na raiz de toda ação, isto é, na faculdade do homem escolher sua máximas pelas quais quer agir. Se está no fundamento do agir, todo agir humano será mau. Não basta cumprir a lei, é

preciso que se queira cumpri-la, desse modo ação e lei estarão em conformidade, e assim será atribuído o valor de um homem moralmente bom. Se cumprimos a lei, mas não é nosso desejo cumpri-la, será atribuído a nós o valor de um homem apenas legalmente bom, pois que o nosso querer não condiz com a finalidade da lei. Pois que o que nos moveu a cumpri-la foi uma outra causa que não a pureza da lei, nos revelando o imperativo categórico que esta ação não condiz com os ditames da universalização da lei, porque a razão se deixou iludir pelas inclinações naturais.

Kant diz que de todas as formas de mostrar a origem do mal, a mais inadequada é a que diz que o mal é passado de geração para geração por hereditariedade, como se o mal viesse entranhado na natureza humana, como algo já pronto e a partir daí fizesse o seu papel, sem uma chance de escapatória do homem. Quando na verdade ele diz que toda ação do homem é livre e não é determinada por causas internas e externas que não pertençam ao livre arbítrio, resultando que o mal está no homem, mas não como uma incondicionalidade, mas como um ato da liberdade, embora contrário à lei moral.

Se a moral diz que devemos querer que todas as nossas ações sejam de tal modo que as queiramos universalizar, não é possível que queiramos que as ações más, que praticamos o sejam, pois estariam de forma contrária ao nosso próprio querer, e querer e poder tem que coincidir, e a boa vontade é uma vontade conduzida pela razão, não como meio, mas como fim em si mesmo, para o cumprimento da lei. Por que só uma boa vontade em si mesma pode cumprir com o que se determinou a razão mediante o arbítrio, o livre arbítrio. No que diz Kant (Rel. 2008, p. 50),

O que o homem em sentido moral é ou deve chegar a ser, bom ou mau, deve ele próprio fazê-lo ou tê-lo feito. Uma ou outra coisa tem de ser um efeito do seu livre arbítrio; pois de outro modo não lhe poderia ser imputada, por consequência, não poderia ser nem bom nem mau moralmente. Quando se diz que ele foi criado bom, tal nada mais pode significar do que foi criado para o bem, e a disposição originária do homem é boa; não o é ainda, por isso, o homem, mas, conforme admita ou não na sua máxima os motivos impulsores que tal disposição encerra (o que se deve deixar inteiramente à sua eleição), é quem faz que ele próprio seja bom ou mau.

Para Kant, esse mal não é mau necessariamente, mas é mau o que funda esse mal, pois a ação má é precedida por um estímulo, que na maioria das vezes é um sentimento imediato de amor-próprio, no entanto este sentimento não é o mal, mal é o que o acata. O princípio fundante de adoção de máximas, corrompido por este estímulo que usado e aceito

por ele, contraria a pureza da lei, agindo em oposição à ordem natural da razão (que é ser bom). Essa corrupção do princípio de adoção de máximas não é corrompido de todo, e o homem passa a não se reconhecer, pois que passa a pensar sobre si mesmo e sua ação e ainda o que a impulsiona.

A razão não só dirige a ação, ela diz como agir, isto é, ela escolhe regras que orientem o indivíduo a agir. Para que o homem fosse um ser determinadamente livre, que é o cerne da questão da moral, em Kant, foi necessário que a natureza desse uma razão para governar a vontade, e não que os instintos o fizessem, para que a liberdade do homem não fosse comprometida pela determinação dos instintos. Sendo a boa vontade a única coisa sem limites no mundo, a razão existe para criar *uma vontade totalmente independente de qualquer empiria*, e essa vontade fomentada e gerada pela razão é a condição de tudo o mais como o *bem supremo*. Por conseguinte, pelo fato de a razão se destinar a algo maior do que a conservação da espécie deve o homem subordinar a sua maior intenção privada ou subjetiva.

É a razão que torna o homem livre, sem ela, ele não passa de um animal determinado pela natureza. Com a razão, apesar de sua constituição, o homem se quiser poderia ser até um animal, pois ele é livre para o ser. Essa vontade livre, boa em si mesma, é o bem supremo e a condição de tudo o mais que sucede no mundo ou fora dele. Uma vontade livre de determinação, a não ser aquela que é aceita em sua máxima, ou que já esteja contida nela, pela qual todos se determinam, são as máximas que determinam o agir humano e por trás delas existe o princípio fundante do escolher.

Não existe ação sem o querer, primeiro se fundamenta o querer, a vontade, só então ocorre a ação, toda ação tem por trás uma intenção ou boa ou má, que teve por influência a moral ou as inclinações, respectivamente, no entanto nenhuma delas obriga à ação. Pois só assim ao homem seria imputado qualquer valor a sua ação, ao agir livremente, seja para o bem ou para o mal, do contrário, se ele fosse governado pelos instintos não haveria como não desculpá-lo, visto ele não ter saída para não agir, mas com a razão em cena o homem é capaz de negar as próprias inclinações naturais.

Concluindo, diz Matzenbacher (2013, p. 94),

Sendo assim, a relação entre mal e moralidade estabelece-se no sentido de que o mal corrompe o fundamento das ações morais e afasta o homem do caminho do bem, entretanto, mesmo com a presença constante do mal, o homem não perde a sua capacidade de agir por liberdade e está sempre apto, a partir das suas forças, dar início ao processo de retomada da soberania do bem sobre o mal em seu coração.

Sendo o *sumo bem* o alvo necessário de uma boa vontade rumo à santidade mediante a completa correlação da vontade com a lei moral, no que o homem deve ser, pois nenhum ser está capacitado para isso (alcançar a santidade), mas por causa do dever se assume a posição de ânimo na direção do progresso moral sabendo aonde se chega, não quando. Por isso o esforço pessoal de cada indivíduo, como sujeito autônomo, em colocar em harmonia com a lei moral sua autonomia, pois o imperativo só se entende se for pautado na autonomia, assim o homem, como fim em si mesmo, não como meio pelo qual a vontade se faz, mas como o fim da vontade, ao mesmo tempo em que se autodetermina, alcança o princípio da universalização da máxima, que é uma convocação para que o homem reflita sobre a mesma e adote a universal vontade do querer, o que só conseguirá, efetivamente, mediante uma comunidade ética.

3. 6. O mal radical e o retorno ao bem

Que existe um mal radical é fato, mas também há uma *disposição para o bem*, o que mostra que haverá a possibilidade de um dia o *princípio bom* prevalecer sobre o *princípio mau*. O que faz Kant pensar num retorno ao bem, ocorrendo quando o homem toma a decisão de fazer da lei moral o único motivo de suas máximas como motivo de suas ações. O que só acontece de forma gradual à medida que o homem prossegue resolutivo na escolha que fez. O que não o isenta da luta contra a propensão para o mal, que é natural do homem, mas tem em sua ajuda a força do supremo ideal da espécie humana. Qualquer esforço do homem em direção ao melhoramento ou mesmo na direção do mal deve ser um esforço só seu, porque qualquer coisa que fizer deve ser imputado valor próprio dele, não de outro, como as inclinações naturais ou mesmo a lei moral, pois a escolha é livre.

O homem não foi criado bom, ele “foi criado para o bem” (Kant, 2008, p. 50), logo, “a disposição originária é boa” (Kant, 2008, p 50), e “conforme admita ou não em sua máxima” (Kant, 2008, p. 50) os impulsos que coadunam com essa disposição é que ele é tido como bom ou mau. E, para tornar-se melhor, ele precisa de força extra que deve aceitar mediante um esforço pessoal em direção à disposição originária para o bem, isto é,

deve se tornar digno de recebê-la, do contrário não seria imputada a ele. Quanto à disposição boa, o homem é bom, mas conforme o ato (ação) não o é ainda, porque a ação pressupõe um impulsor que esteja ou não de conformidade com a disposição que é sempre boa, isto é, sempre para o bem, conseqüentemente imputado como bom. Pois para a razão, bem não é apenas aquilo de bom que é considerado útil ou bom em si mesmo, mas aquilo que está em conformidade com a lei moral, com os princípios da razão pura prática. Não é o que é considerado como meio ou mesmo fins, agradáveis, para alcançar ou determinar alguma coisa, mas o julgamento racional com base em princípios universais. Bem e mal podem fazer parte da nossa experiência, sendo mediata ou imediatamente considerados em si ou como meios, ou seja, podemos muito bem considerar um bem como um mal, e um mal como um bem, dependendo do juízo que fizermos deles, mediata ou imediatamente.

O ato de restabelecer a disposição originária para o bem, não é algo que se adquiriu e estava perdido, mas é a instauração da pureza da lei como fundamento das máximas adotadas pelo arbítrio. O homem que adota a lei moral como fundamento supremo de suas máximas, adota a santidade das máximas, mas nem por isso é santo, apenas é virtuoso, pois “se aproxima da santidade num processo infinito” (Kant, 2008, p. 52), que se adquire pouco a pouco mediante um processo de transformação. Esse processo de formação de uma conduta melhor do homem não deve começar por uma mudança de costumes, mas por uma transformação do coração, do modo de pensar fundador. Assim, emana um caráter condizente com essa nova atitude ou postura, tornando-se não só legalmente bom, mas também moralmente, embora se proceda de outro modo, mudando o hábito, ao invés de mudar o que o produz.

Desta feita, o homem que, mesmo em face do dever, se vangloria do dever cumprido, corre o risco de estar fazendo por outros motivos e não pelo único e principal, que é a pureza da lei em si mesma, pois o serviço prestado ao dever não tem nada de meritório, nem de extraordinário, portanto, não deve ser admirado. É assim que ele passa do mal para o melhor, decidindo adotar em sua máxima a santidade da lei moral, e esse adotar é aceito pela razão, pois a sensação ainda obstaculariza, mas com o tempo e persistente afincado de cumprir com o dever concernente à lei moral, é que ele será considerado bom, e não mediante a possível efetiva ação boa.

Existindo um princípio bom ao lado do mau dentro do homem, é inevitável que haja lutas para ver quem tem o predomínio sobre ele. Para que o princípio bom ganhe esta luta é preciso de uma ajuda extra, de fora. Que está na comunidade moral, o supremo objetivo de Deus, do qual Cristo é o modelo personificado. Vencendo o princípio mau, porém, não o derrotando de todo, o homem prossegue numa luta constante, pois ainda tem dentro de si, o princípio mau, o diferencial é que ele não luta mais sozinho, tem a disposição de ânimo, renovada, para auxiliá-lo. Posição que, uma vez tomada, juntamente com a intenção pura da lei moral, não pode ser mudada. No entanto, essa disposição não é encontrada no indivíduo, mas numa comunidade ética, que tem a mesma intenção de vencer esse princípio mau. Apesar do mal se revelar no homem enquanto indivíduo, é no gênero humano que devemos procurá-lo, já que ele é natural da espécie.

Kant parte do princípio de que os moralistas antigos e os estóicos pregavam que, para o homem ser considerado moralmente bom, precisaria combater uma causa oposta do mal que nele se encontrava, e não deixar que o princípio bom se desenvolvesse por si mesmo sem obstáculos. O que denota que há um inimigo a vencer. Pensar que o princípio bom se desenvolva sem um esforço do homem é contrário a sua natureza, que tem que vencer o seu inimigo natural. Pois ficar à espera de uma ajuda de fora, torna o homem indigno dessa ajuda. Essa omissão seria a causa do bem não se desenvolver no homem, pois este precisa dessa luta para ser moralmente bom. E, para isso, deve procurar a causa do mal não nas inclinações, que são em si inocentes, mas “naquilo que determina o arbítrio como livre arbítrio, este sim é o verdadeiro inimigo do bem” (Kant, 2008, p. 65).

Não querer resistir às inclinações, quando estas incitam a transgredir, é o mal genuíno. Essa disposição de não querer resistir, quando as inclinações incitarem a transgressão, é que é o verdadeiro inimigo do homem. As inclinações apenas dificultam, fazem com que se não execute a máxima boa, que é oposta. O primeiro bem verdadeiro do homem é quando ele sai do mal, para isso ele deve buscar esse bem não nas inclinações, mas na máxima pervertida, que está na própria liberdade. As inclinações naturais, em si mesmas são boas, não se deve extirpá-las, mas domá-las, porque tentar acabar com elas é até prejudicial, pois que elas poderiam se destruir umas as outras. Só o moralmente contrário à lei é, em si, mau, e deve ser abandonado e reprovado. Não basta odiar o inimigo (princípio mau), tem que possuir a força capaz de desprezá-lo. E isso só através da razão que é sabedoria para fazê-lo

A humanidade na sua plena perfeição moral é o homem que agrada a Deus. E a felicidade é o resultado supremo dessa perfeição que é a vontade de Deus. E Cristo, o filho do homem, é essa ideia personificada do princípio bom, que está no homem desde a eternidade. Sendo Cristo a ideia personificada do princípio bom, é dever universal humano elevar-se a esse ideal, o que a razão coauxilia. Ao mesmo tempo que Kant diz que o ideal divino de humanidade não poderia ser pensado de outro modo, senão como um homem que estivesse disposto a cumprir todo o dever de homem e garantir a sua volta à moralidade perfeita, como também aquele que luta contra todas as tentações, e as piores possíveis, diz que, na razão legisladora já está a ideia realizada plenamente em si mesma, e que não necessitaria de se ter uma ideia personificada, percebida pela experiência, porque já residiria como modelo em nossa razão, pela qual devemos lhe ser conformes e também poder ser.

E essa ideia tem como modelo o filho de Deus, no entanto, para o homem ter acesso à ideia real de santidade, existem dificuldades a enfrentar: a *primeira* é que se deve ser santo como santo é Deus, mas entre esse ideal que se deve efetuar (o bem) e o mal, que deve-se deixar, há uma infinitude que impossibilita ao homem, em todos os tempos, adquirir a sua conduta de vida a santidade da lei, no entanto, sua qualidade moral deve concordar com ela, porque a qualidade deve estar na intenção, na máxima universal que se concilia com a lei. A *segunda* consiste em que, tendo o homem uma bondade moral, o que seria a felicidade moral, sofra o risco de usá-la para chegar à bondade divina como barganha, e com isso vacile em sua jornada rumo ao bem. A *terceira* dificuldade é que uma vez contraída essa dívida, pela transgressão da lei moral, por mais que o homem tenha alcançado um bom caminho, jamais a pagará, porque sua transgressão começou pelo mal. É seu dever fazer a todo instante todo o bem que estiver em seu poder, no entanto, a sua culpa prevalece, porque o mal é radical, intrínseco a ele, sem poder extirpá-lo, sendo o único responsável por causa da sua autonomia da vontade. Por isso, o mal moral, que é radical, traz consigo uma culpa infinita que só um castigo infinito poderia absolver.

Se o mal é radical na natureza humana, esse mal só poderia ser vencido mediante uma comunidade ética, que é o povo de Deus, ajuntamento de “homens de boa vontade” (Höffe, 2005, p. 288), vivendo como igreja invisível, universal, santa e apostólica. Invisível e universal porque é de todos e uma só, santa porque é determinada pela pureza da lei moral, e apostólica porque sua legislação moral é imutável. E esse reino não pode ser

visível e terreno, pois tem em vista a consolidação do supremo objetivo da moral, que deve ser aplicado, ou imputado a todo homem. No entanto, Kant concede à igreja visível uma tarefa pedagógica que mostra com veracidade a “ideia moral de um reino de Deus” (Höffe, 2005, p. 288) reino este “formado por uma legislação puramente moral” (Höffe, 2005, p. 288). A única vantagem resultante da luta entre o princípio mau e o bom, que todo homem moralmente bem intencionado tem, é a libertação do domínio do princípio mau. Por mais que se esforce, viver livre é ganho supremo que o homem alcança estando sob a direção do princípio bom, embora seja açoitado constantemente pelos ataques do princípio mau.

Se há um princípio que luta contra o homem, é obrigação dele usar a força para escapar, se não o faz, o estado em que se encontra é culpa sua. Tanto no caso do moralmente bem intencionado, como no caso do moralmente mal intencionado. Buscando as causas e circunstâncias da situação pejada em que se encontra, o homem não vai encontrá-la na “sua própria natureza rude” (Kant, 2008, p. 99), mas nos homens com os quais está em relação. O que nem seria pelos estímulos das causas ou as paixões (que causam devastação na disposição original boa), nem pelas necessidades, que são pequenas, nem tão pouco pelos cuidados com essas necessidades. Neste sentido, “só assim se pode esperar uma vitória do princípio bom sobre o mau, por meio da razão moralmente legisladora” (Kant, 2008, p. 100), que além de prescrever leis de virtude para todo homem individual, também reúne sob uma mesma bandeira todos aqueles que queiram ver cumpridas essas leis, como uma sociedade comprometida com a execução do bem para vencer o mal, que constantemente ataca.

Pois, por mais que o homem isoladamente se esforce para sair do domínio do princípio mau, ele estará sempre a mercê deste, porque não basta um esforço individual, mas sim coletivo, para se libertar do princípio mau. Como escreve Kant (2008, p. 100) ao dizer que,

O império do princípio bom, na medida em que os homens para ele podem contribuir, só é alcançável, pois, tanto quanto discernimos, mediante a ereção e a extensão de uma sociedade segundo leis de virtude e em vista delas; uma sociedade cuja conclusão e toda a sua amplitude se torna, pela razão, tarefa e dever para todo o gênero humano.

Porque se todos não estiverem sob uma mesma lei de virtude, o mal estará sempre em constantes ataques, pois é a mútua relação entre os homens que fomenta o despertar do mal, ou melhor, fortalece a disposição moral para o mal.

Por isso, tem que haver um esforço de toda uma sociedade e não de um único indivíduo, embora não seja esse esforço que o liberte necessariamente. O nome dado a essa associação de homens virtuosos, é sociedade ética e sociedade civil ética, ou comunidade ética, que existe dentro de uma comunidade política, sem a qual esta não existiria, porque não basta um aglomerado de homens intencionados, mas também bem intencionados. Porque o que podemos chamar de estado ético, ou reino da virtude, tem sua base na razão humana, que objetiva tal princípio, embora não se esperasse que os homens decidissem para tal fim, ou que fosse de sua vontade.

O estado civil ético é aquele em que homens estão unidos sob leis não coativas, isto é, sob simples leis de virtude. O estado civil ético é distinto do estado de natureza ético, assim como o estado de natureza jurídico se contrapõe ao estado civil de direito. Tanto num quanto noutro, as leis são proporcionadas pelos próprios homens, sem nenhuma coação externa que os force a executar tal dever, pois nesses casos o homem é seu próprio juiz. Acima das leis públicas devem vigorar as leis de virtude, pois nenhuma lei seria cumprida na comunidade ética, poder nenhum se sustentaria só pela coação, os direitos civis devem coincidir com os direitos naturais éticos. Uma multidão de homens unidos não forma a comunidade ética, mas somente uma sociedade particular que tenha o interesse de assegurar a todos os homens seus direitos. Ao gênero humano está, objetivamente, a tarefa de fomentar o interesse ao bem supremo como sendo um bem da comunidade, que ocorre a partir de quando o homem resolve sair do seu estado de natureza ético para viver num estado civil ético, pois nesse, mesmo sendo assíduo guardião dos princípios virtuosos, não os tem como morais.

Nessa comunidade ética deve haver alguém que seja diferente do povo e legisle sobre ele, e que nessas leis éticas não só esteja a vontade do legislador, que é um ser superior, mas que esse ser superior seja capaz de sondar os corações, e só assim criar mandamentos coincidentes com as intenções de cada coração. E este é o papel de Deus no mundo, supremo legislador, por isso uma comunidade ética só pode se fazer como sendo povo de Deus vivendo conforme as leis divinas, mandamentos de virtude.

A comunidade ética que é governada por Deus só pode ser na medida em que não é possível experiência nenhuma sensível, por isso sendo uma igreja invisível. E essa igreja seria só a ideia, o arquétipo de que deveria ser o projeto divino de comunidade moral

divina, revelada pela igreja visível que é quando todos os homens unidos efetivamente concordam com esse ideal divino. E essa igreja deve ter três características: a *universalidade*, a *liberdade* e a *imutabilidade*, e deve partir de uma *fé histórica* que é a revelação da pura *fé religiosa*, que não pode ser reconhecida apenas pela razão, mas também mediante estatutos divinos. E essa fé histórica deve preceder a fé religiosa pura, havendo uma transição da primeira para a segunda de modo que possa acontecer de forma gradual o processo de formação do reino de Deus na Terra através do princípio bom.

Por fim, Kant demonstra como essa igreja ou comunidade ética tem se distanciado do supremo objetivo da moral, por querer, por meio de um pseudo-serviço religioso garantir de Deus a sua graça, apenas desejando ser por ele ajudado, quando não faz nada de efetivo para transformar a intenção que se move como fundamento da adoção de máximas para um estado melhor do homem. Kant diz que todas as religiões se dividem em: religião da petição de favor e religião moral (boa conduta de vida); na primeira o homem busca satisfazer a si mesmo no desejo que Deus faça por ele o que ele mesmo deveria fazer, ser um homem melhor; e só assim ocorreria o que acontece na segunda, a religião moral, onde o homem por suas próprias forças busca tornar-se um homem melhor e esperar que seu esforço seja completado, mesmo sem saber o que seja ou em que consiste, só “saber o que ele próprio deve fazer para se tornar digno desta assistência” (Kant, 2008, p. 58).

A teoria do mal radical não é nenhuma novidade ocorrida à ética kantiana, porque ela está unida ao “homem como um ente racional finito” (Höffe, 2005, p. 287). O homem não só está capacitado para o mal como também sua prática, isto é, o homem não só é propenso ao mal, ele também pratica o mal. A tese de Kant é que a origem do mal está na liberdade, e que é possível por essa mesma liberdade superar o mal que ela mesma criou.

Considerações Finais

Com a hipótese de que o mal não é algo dado no homem, mas produzido a partir de suas decisões em suas relações com outros homens, em sociedade, partimos, pautados em obras de Kant e seus comentadores, analisando, primeiro sua vida, seus escritos e sua filosofia e como estes conduziram à temática do mal. Depois a relação que o mal possui com a natureza e, posterior, com a natureza humana, o que ficou verificado que a natureza humana consiste de duas dimensões, a racional e a animal, instintiva. Analisando em qual das duas residia o fundamento do mal se descobriu que em nenhuma, de início, pois que nenhuma delas oferecia base segura para fomentar uma ação moral.

Em sequência à análise percebemos que a natureza humana tem disposições originárias que cooperam para o bem: uma animal, pronta para a preservação da espécie, outra humana, que contribui para a vida social, e ainda, a pessoal, que envolve a subjetividade do homem, e todas elas promovem o bem. Ainda sobre a natureza humana surge a propensão, que apesar de ser inata, não pode ser considerada como tal, pois não haveria a possibilidade de uma disposição para o bem, e ainda não teria como se imputar ao homem a culpa de suas próprias ações. Essa propensão divide-se em adquirida e contraída, e é por meio dela e seus diferentes graus (fragilidade, impureza e malignidade) que Kant explica o porquê do mal no homem.

Dando sequência à investigação, descobriu-se que o fundamento do mal não pode estar na sensibilidade nem na razão, mas num ato livre do arbítrio. Logo, mal moral e liberdade se ligam intimamente, levando à noção de que a liberdade constitui a natureza humana. Sendo o primeiro fundamento o princípio fundante do agir, e este, mediante um impulso externo à moralidade, o utiliza para cumprir a lei, o qual se corrompe e delibera o que se chama de mal radical, por estar no fundamento da adoção de máximas. Sendo a máxima o princípio subjetivo do querer, que se efetua por uma vontade livre, pautada na razão, é aí que reside o fundamento do mal. Sendo todo homem conduzido por uma vontade livre, e o mal estando nesta vontade, segue-se que todo homem é mau, porque essa vontade é propriedade de toda a humanidade, e por isso o homem é mau por natureza, neste sentido, podemos dizer que o mal está radicado na natureza humana.

Nisso, seguimos com Kant na explanação de como se desenvolveu a relação mal radical e moralidade, situando-se em volta da racionalidade e da sensibilidade.

Constatamos que entre estas existe uma vontade, baseada na autonomia do sujeito que em sua intenção decide agir mediante um ato que não depende de um objeto empírico para se fazer, e esta é uma vontade boa. Quando essa vontade segue em direção oposta à da lei, ocorre a subversão da moralidade, o que seria uma vontade má, o mal radical, porque está no fundamento das decisões do homem, e como este está corrompido pelo mal, todas as ações serão más. No entanto, este mal, mesmo sendo natural no homem, não o determina incondicionalmente por causa do seu livre arbítrio.

Mesmo sendo a vontade livre ela não sabe escolher o melhor, seguindo apenas sua função que é desejar, o que cabe à razão gerar uma vontade que não seja empírica, assim diferenciando o homem de qualquer outro ser vivo, pois não mais se pauta, unicamente, pelos sentidos, mas também por uma racionalidade. Além do papel da razão, entra em cena a disposição para o bem para conduzir o homem ao melhor. Mas para que o homem se volte para o bem, só mediante um esforço pessoal, que ele deve empreender rumo à moralidade, porque o dever assim o exige. O que, como vimos no desenvolvimento, só se efetivará num futuro com a instituição do Reino de Deus.

Depois desta investigação sobre o mal radical, pautados na metafísica kantiana, tivemos um vislumbre do que seria este que tem assolado o mundo desde sempre, pois a história o comprova. Chegamos ao termo juntamente com Kant, respondendo aos nossos objetivos, dos quais tem lugar o da origem do mal, que não se origina nem na sensibilidade nem na razão, mas num 'ato' puramente moral, isto é, da vontade autônoma da razão. E esse mal se faz a partir das relações humanas quando a vontade, livre que é, adota em suas máximas móveis que são contrários à lei moral, e esse contrariar é, em si, mau, enquanto ação contrária, mas não por malignidade, e sim por vontade de agir contra a lei, mesmo que tenha consciência que o está fazendo. Esse mal é originado naquele que fundamenta toda ação, o querer, a vontade, aquele princípio mesmo que se move em direção a algo para satisfazê-lo, e sendo esse querer movido por móveis, e se o móvel for contrário à lei, é mau no fundamento que é a intenção.

Neste sentido, podemos dizer que o mal é fundamentado por uma vontade livre que acata, por meio da razão, um objeto da sensibilidade, esse objeto não é o mal, e sim a vontade que efetiva esse mal, ou seja, a vontade livre serve como possibilidade da existência desse mal ao agir contrário à lei. No entanto, essa vontade, também é

determinada, agora, não mais por uma vontade alheia, mesmo que seja influenciada por um objeto externo, mas por uma vontade própria, porque ela mesma se determinou a seguir por sua própria vontade livre, e não porque foi forçada por uma determinação natural da sensação. Logo, é uma vontade autônoma, isto é, um livre arbítrio, que é entendido como o modo de se guiar do homem sem o auxílio dos objetos das inclinações. É um arbítrio que não se determina por uma vontade alheia, heterônoma, das inclinações. O que se conclui que o homem não é determinado pelo mal, ele cria o mal, o mal moral.

Quanto às condições em que ele se forma, estas existem, porém, não como determinantes, e são predefinidas pela razão, quando as condições forem favoráveis à lei, elas são boas, quando forem desfavoráveis, são más, por serem aquelas em que a razão participa apenas como guia, deixando aos móveis empíricos a determinação, e é nesta condição que o mal se origina. Do momento em que a vontade decide adotar em sua máxima o móbil que não se conforma com a lei surge a oposição ao que seria o mais correto, a conformidade com a lei da razão, e essa oposição intencional é o mal. As condições, em si, não revelam o conteúdo da ação, isto é, sua intenção, não tem como saber o que motivou uma ação, se o bem ou o mal, se a razão não intervier, isso de modo especulativo, pois na prática nunca se saberá o que a motivou, visto que ninguém tem a capacidade para tal, nem o próprio praticante. Pois que ele próprio pode estar enganado quanto ao motivo pelo qual agiu. Uma ação legalmente boa pode muito bem ser o resultado de uma má intenção e vice-versa. Enquanto ser natural o homem não é mau, isto é, não produz o mal, porque não está em sua capacidade extirpar sua natureza, isto é, as inclinações naturais. Entretanto, como diz Kant, o mal é forjado na liberdade humana, enquanto ser moral.

Quanto se é possível escapar ao mal, Kant diz que não, pelo menos não nessa vida, porém, numa futura talvez, porque o ideal de moralidade proposto por ele só se realiza no futuro com a solidificação do reino de Deus na Terra. No entanto, ele diz que podemos melhorar de caráter agindo sempre pela razão, tornando digno o nosso agir, pois que nunca teremos totalmente desculpada nossa responsabilidade das ações. Todo homem possui essa tendência tanto ao mal quanto ao bem, naturalmente, porém essa naturalidade não o determina, porque ele é livre, no mínimo pode influenciar, nunca obrigar, incondicionalmente.

Neste sentido, o mal, ou a *propensão ao mal*, não pode ser vencida unicamente por um esforço pessoal, mas por um esforço em comum, visto o ser humano ser influenciável. Todo homem terá que efetuar essa melhoria, em si, pautado numa consciência coletiva objetiva, já que essa luta acontece no íntimo do ser e não numa região externa ao homem. Portanto ao ser influenciado, ele se torna não outro, mas aquilo que ele já tinha tendência. Não foi forçado, mas foi influenciado, e por isso essa ideia de afastar o objeto causador de sua tendência, mas claro que isso é uma decisão livre do ser humano de seguir sua tendência, seja o ser bom ou ser mau, pois que originalmente o homem foi criado para o bem, mas foi corrompido pela sua propensão ao mal desde o seu fundamento.

Quanto a definição do mal em sua essência, Kant não chega a entrar a fundo nessa questão talvez por não querer subverter a ordem das coisas. Ele diz que o mal é, em seu início, uma reversão da ordem na adoção de máximas pelo princípio subjetivo fundante de cada ação. Que, essencialmente, o mal não é mau, porque não nasce com essa intenção, de fazer o mal pelo mal, apenas de satisfazer por vias não corretas os desejos da sensação.

Na hipótese de o mal existir por si mesmo, concluímos com o pensamento de que não é possível, porque ele é produzido pela vontade autônoma da razão, por conseguinte, entendemos que ele não tem existência própria. No entanto, ele é representado como numa relação do princípio bom com o mau de duas causas operantes por si subsistentes e que influem no homem. Sendo assim, existe independente do bem, um não depende do outro para existir, mesmo porque, nas entrelinhas, Kant deixa transparecer que o bem surgiu primeiro, só depois, por um erro de percurso, o mal apareceu. No entanto, ambos estavam no homem desde o início como possibilidade.

Quanto à objetivação geral de que o mal não é algo dado anterior ao homem, finalizamos dizendo que o mal não existe enquanto uma forma definida, uma força ou um poder extra-humano que está só esperando que o homem ultrapasse os limites de seu terreno para se apossar, mas como algo que ainda não existe até que seja engendrado nas próprias relações humanas. Como algo criado na escuridão do íntimo dos seres a partir das condições reais ou ideais, e só depois manifestado em forma de obras ou pensamentos (ideias), ao mesmo tempo conhecidas e entendidas, do contrário não teria definição, nem poderia ser imputada como má.

Quanto ao possível retorno ao bem, só através de uma comunidade ética vivendo sob leis práticas. No entanto, não é um projeto presente, até é, pois começa neste, com o esforço do homem, enquanto indivíduo, em fazer parte desta sociedade, pois que, esse mal só poderá ser vencido por um esforço coletivo, porque enquanto o homem conviver em sociedade terá que domar seus instintos em benefício da ordem geral. Sendo o mal intrínseco a todo homem, só uma ação da humanidade poderá efetivar essa tarefa de causar uma mudança total do coração humano, mesmo que de modo gradual, em direção ao fim último.

Referências

- AGUINALDO, Pavão. Filosofia da religião e mal radical em Kant. **Kant e-Prints**. Campinas. Série 2, v. 2, n-2, p. 171-179, jul - dez, 2007.
- CASSIRER, Ernst. **Kant, vida y doctrina**. México: FCE, 1948.
- FERRY, Luc. **Kant: uma leitura das três “Críticas”**. Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- GUYER, Paul (org.). **Kant**. Tradução Cassiano Terra Rodrigues. Aparecida, SP: Ideias& Letras, 2009.
- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Tradução Christian Viktor Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, Immanuel. **A Religião nos limites da simples razão**. Tradução Artur Morão. Lisboa: 70, 2008.
- _____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. **Crítica da razão prática**. Tradução Paulo Barrera. São Paulo: Ícone, 2005a.
- _____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: 70, 2005b.
- KEBERSON, Bresolin. Kant e a Religião nos limites da razão: um breve ensaio. **Cultura e fé**, 124, janeiro – março, ano 32, p. 83-92.
- MATZENBACHER, Ramon Alexandre. **A relação entre Moralidade e Mal em Immanuel Kant** (Dissertação de mestrado) Santa Maria, 2013.
- PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. **Reflexão e moral na filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.
- PIRES, Terezinha Inês Teles. **O primado da razão prática em Kant**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.
- RAWLS, JOHN. **História da filosofia moral**. Tradução Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROSENFELD, Denis. **Do mal: para introduzir em filosofia o conceito de mal**. Tradução Marco A. Zingano. São Paulo: L&PM, 1988.
- WOOD, Allen W. **Kant**. Tradução Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VAYSSE, Jean-marie. **Vocabulário de Immanuel Kant**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.